



**Daniela Marina Serra
dos Santos**

**A cultura nas autarquias: práticas e consumos de
música na Região das Beiras**



**Daniela Marina Serra
dos Santos**

**A cultura nas autarquias: práticas e consumos de
música na Região das Beiras**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas e Relações Empresariais, realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Gillian Grace Owen Moreira, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais pelo apoio incondicional, ao Noddy, Luka e Riscas pela companhia nas horas de estudo.

O júri

Presidente

Prof. Doutor Anthony David Barker
Professor associado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Gillian Grace Owen Moreira
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Susana Bela Soares Sardo
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e a paciência de duas pessoas: pai e mãe. Ao meu irmão pelo apoio, ainda que “à distância” Obrigada aos três pelo incentivo, pela paciência e pela insistência para que eu concluísse esta missão. Aos meus companheiros de quatro patas, que me distraíram nos momentos de cansaço.

À Prof. Doutora Gillian Moreira, pela paciência e pela ajuda preciosa na realização deste trabalho.

Ao Prof. Doutor Manuel Assunção, obrigada por ter autorizado que eu fizesse este trabalho com base na existência da Orquestra Filarmonia das Beiras.

Aos meus amigos, pela força e apoio, pelos momentos de lazer e distração, por aguentarem o meu mau humor, e não me deixarem desistir da conclusão desta dissertação.

A todos vós muito obrigada!

Palavras-chave

Cultura / Música / Música Clássica / Orquestra / Investimento em Cultura / Etnomusicologia.

Resumo

Esta dissertação pretende estudar o investimento feito pelas autarquias na área da cultura, e determinar especificamente o investimento realizado na área da música clássica e que factores determinam a elaboração da agenda cultural das autarquias da região centro de Portugal.

Tendo em consideração o contexto geral de produção e consumo de música clássica nesta região, este estudo focaliza a orquestra regional – Orquestra Filarmonia das Beiras, e a sua relação com o poder central e local, assim como as prioridades e práticas das entidades locais considerando o investimento feito neste domínio.

Com base dos resultados obtidos, recomendamos a extensão das actividades culturais a um maior número de pessoas, e a promoção da música clássica como actividade cultural.

Keywords

Culture / Music / Classical Music / Orchestra / Cultural Investment / Ethnomusicology.

Abstract

This dissertation aims to examine the investment made by local authorities in the cultural domain, and specifically to determine the extent of the investment made in classical music and the issues which lie behind the cultural agenda in the towns and cities of the centre of Portugal.

Taking into account the general context of production and consumption of classical music in this region, our study is centred on the regional orchestra – the Orquestra Filarmonia das Beiras, and its relationship with central and local authorities, as well as on the priorities and practices of local authorities regarding investment in this domain.

On the basis of our findings, we recommend the extension of cultural activities to a larger number of people in this region, and the promotion of classical music as a cultural activity.

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS -----	3
INTRODUÇÃO -----	5
CAPÍTULO I -----	7
1 A REGIÃO DAS BEIRAS -----	7
2 PRÁTICAS E CONSUMOS DE MÚSICA -----	10
2.1 A música como objecto de estudo -----	12
2.2 O que é a música clássica?-----	15
3 A ORQUESTRA FILARMONIA DAS BEIRAS -----	16
3.1 Gestão de uma orquestra regional -----	19
3.2 As orquestras e o público-----	22
4 O PAPEL DAS ORQUESTRAS ENQUANTO PATRIMÓNIO -----	24
CAPÍTULO II -----	26
1 A CULTURA EM PORTUGAL -----	26
1.1 O que é a cultura? -----	26
2 INVESTIMENTO EM CULTURA -----	36
2.1 Os municípios e a economia da cultura -----	36
CAPÍTULO III -----	38
ESTUDO DE CASO E RESULTADOS -----	38
1. Considerações gerais -----	38

2. Metodologia -----	38
3. Demonstração de resultados do inquérito -----	39
3.1. Perfil de quem respondeu ao inquérito-----	40
3.2. Actividades desenvolvidas pela autarquia-----	41
3.3. Percentagem de orçamento investido em cultura-----	42
3.4. Que tipo de música é promovida pelas autarquias?-----	44
3.5. Factores que determinam a escolha dos Programas Culturais-----	45
3.6. Que benefícios pode uma orquestra profissional trazer à sua região?-----	46
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O INQUÉRITO -----	47
5. ANÁLISE SWOT -----	48
Pontos fracos:-----	48
Pontos fortes:-----	49
Oportunidades:-----	49
Ameaças:-----	49
CONCLUSÃO -----	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	52

Índice de figuras

Figura 1 – Representação geográfica da Região das Beiras-----	7
Figura 2 – O Estado como promotor da interação entre os vários agentes -----	11
Figura 3 – Elementos de uma performance musical-----	14
Figura 4 – Modelo de música – cultura (Titon) -----	14
Figura 5 – Realização de festivais de música em Portugal entre 1985-1999-----	22
Figura 6 – Modelo da cebola baseado em Hofstede-----	27
Figura 7 – Despesa da SEC em música (1985-1995) -----	30
Figura 8 – Despesas da SEC em orquestras (1985-1995) -Valores em milhares de contos -----	31
Figura 9 – Intensidade de ocorrência a espectáculos ao vivo -----	34
Figura 10 – Frequência de espectáculos ao vivo de acordo com a escolaridade -----	34
Figura 11 – Qual a sua competência principal na autarquia? -----	40
Figura 12 – Na área da cultura, que actividades são desenvolvidas pela autarquia?-----	41
Figura 13 – Investimento por área – Câmara Municipal de Manteigas-----	42
Figura 14 – Investimento por área – Câmara Municipal de São João da Pesqueira -----	42
Figura 15 – Investimento por área – Câmara Municipal de Oleiros-----	43
Figura 16 – Investimento por área – Câmara Municipal de Montemor-o-Velho-----	43
Figura 17 – Na área da música, que tipo de música é promovido pela autarquia? -----	44

Introdução

“ É de cultura como instrumento para a felicidade, como arma para o civismo, como via para o entendimento dos povos que vos quero falar hoje.”

Helena Vaz da Silva

A presente dissertação pretende explorar os desafios que se colocam aos portugueses em termos de cultura. O acesso das populações à cultura está condicionado ao posicionamento geográfico das populações. O desenvolvimento das regiões está intrinsecamente ligado ao nível cultural das mesmas, e este nível cultural define-se não só pelo nível intelectual da população, mas sobretudo na oferta cultural e formativa a que esta tem acesso.

As grandes cidades, sobretudo aquelas que constituem os grandes pólos económicos do país, têm uma oferta vasta no que concerne a programas culturais, desde o teatro ao cinema. Vejamos o caso do litoral do país, onde os seus habitantes podem usufruir de uma vasta oferta cultural, considerando que os eventos culturais mais importantes ocorrem com mais frequência nesta região.

Que factores determinam esta distribuição da cultura de modo pouco igualitário?

Na prática, não é necessário recorrer a estatísticas para verificarmos que em Portugal existem disparidades significativas neste sector, conforme será explicado mais adiante neste trabalho.

Este projecto focaliza um segmento da oferta cultural, a música erudita, com base no estudo de caso de uma orquestra regional, a Orquestra Filarmonia das Beiras (OFB). Neste caso em particular, a OFB servirá de objecto de estudo com vista a apresentar o projecto da orquestra, assim como justificar a sua criação nesta região e qual o seu papel enquanto associação cultural. A ideia surgiu após a autora ter realizado um estágio profissional na OFB, e uma vez tendo tomado contacto com esta realidade, considera ser de elevada relevância a divulgação do seu percurso

enquanto entidade cultural. Sob compromisso de confidencialidade só serão divulgados dados autorizados pela OFB (Anexo1).

Será feito um enquadramento sócio-cultural da Região das Beiras no contexto social, político e cultural de Portugal, traçando-se a matriz das suas práticas culturais e as variáveis que as determinam, do ponto de vista económico e social. Na parte inicial do trabalho, será feita a descrição da Região das Beiras, onde está sediada a OFB. No Capítulo II será feita uma alusão às práticas e consumos de música, onde será aprofundado o consumo de música enquanto bem cultural. Também se fará uma caracterização da OFB no que concerne à sua gestão, funcionalidade, relação com o público e, por fim, o papel das orquestras regionais enquanto património.

No Capítulo III, será abordado o tema da Cultura em Portugal, explorando a sua evolução ao longo dos tempos, com vista ao enquadramento da temática música erudita no contexto cultural português. O Capítulo IV é dedicado ao investimento feito no sector cultural por parte das autarquias, em que será desenvolvido o tópico: os municípios e a economia da cultura.

O Capítulo V apresenta os resultados da pesquisa efectuada através de inquéritos enviados a autarquias da Região das Beiras, com vista a apurar o seu investimento em cultura e a importância que atribuem à música enquanto prática cultural. Neste capítulo é demonstrado todo o trabalho de investigação realizado no campo e respectiva demonstração de resultados.

Esta dissertação pretende ser uma mais valia na promoção do trabalho das orquestras regionais, enquanto promotores de cultura, nomeadamente da promoção pelo gosto e consumo da música erudita em Portugal.

Capítulo I

1 A Região das Beiras

Inicialmente denominada por Beira, esta região foi uma das seis divisões que constituíam Portugal até ao século XIX. Até essa altura, abrangia a área correspondente aos actuais distritos de Aveiro, Castelo-Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.



Figura 1 – Representação geográfica da Região das Beiras¹

¹ Em http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm

Mais tarde, com a Constituição de 1933, Portugal foi dividido em províncias. Deste modo, passou a constituir-se por treze províncias, quatro das quais no território anteriormente denominado por Beira. Assim, as províncias passaram a denominar-se Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa e Beira Trasmontana. À Beira Litoral juntou-se grande parte do distrito de Leiria, que outrora não fazia parte da Região da Beira. Actualmente a região é apelidada de Região das Beiras, sendo composta pelos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

O distrito de Aveiro situa-se entre as regiões Norte e Centro, tendo alguns dos seus concelhos localizados geograficamente nessas duas regiões. Situado na Beira Litoral, é um distrito privilegiado pela sua proximidade com o mar, ao mesmo tempo que alguns concelhos do interior lhe conferem uma vasta diversidade cultural.

Dividido em dezanove municípios, o distrito de Aveiro apresenta uma das localizações mais estratégicas do país do ponto de vista comercial. Beneficiado pela sua localização central, encontra-se próximo de vias de transporte terrestres (ligação próxima a Espanha), aéreas e marítimas. Rico em recursos turísticos e culturais, o distrito de Aveiro oferece uma vasta oferta cultural, tendo-se verificado nos últimos anos a recuperação de equipamentos culturais e edifícios históricos (como as casas em Arte Nova, na cidade de Aveiro).

A nível de ensino de música, o distrito de Aveiro conta com 17 estabelecimentos de ensino, dos quais 2 são conservatórios (Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian e o Conservatório de Música da Águeda) e com a Universidade de Aveiro. Os restantes distritos da Região das Beiras estão igualmente bem equipados com estruturas de ensino de música.

Em Castelo-Branco existem actualmente quatro instituições de ensino de música, das quais uma é ensino politécnico. Dos sete estabelecimentos que Coimbra dispõe, um é conservatório. A Guarda conta com três estabelecimentos, e o distrito de Leiria seis escolas de música. Por fim, Viseu conta com cinco instituições. Tendo em consideração os dados expostos, verifica-se que Aveiro dispõe de um maior número de instituições de ensino de música relativamente aos outros distritos da Região das Beiras.

Não só existe uma grande oferta formativa, como também é considerada uma região de turismo das mais relevantes do País, representada pela Rota da Luz.

Daniel Constant (1966:16) descreve a região como algo que:

“No mundo que até hoje nos foi dado conhecer, nenhuma terra existe como a de Aveiro, onde a água tão sensivelmente tenha valorizado a paisagem e exercido uma decisiva influência nos usos e nos costumes de um povo. Pode recordar-se a Holanda, as rias do Adriático, os lagos do Norte da Itália, a ria de Valência, o curso do Reno, mas nada disto nos fala de uma união mais harmoniosa entre a água e o homem, mais íntima e mais sentimental do que na região aveirense. (...) Do ponto de vista turístico, a região de Aveiro significa uma potencialidade de tal ordem que o resultado das suas prospecções é quase imprevisível.”

Por tudo isto, juntam-se dois factores importantes para a fundamentação da criação de uma orquestra regional na região de Aveiro, turismo e oferta formativa,² como promotores e aliados deste projecto. Aveiro torna-se a cidade de eleição para a fundação da OFB, uma instituição que serve de mote ao estudo desenvolvido neste trabalho.

² Oferta formativa torna-se relevante neste projecto da OFB, no sentido de que anualmente é dada a oportunidade a formandos na área da música, na Universidade de Aveiro, de colaborarem com a orquestra. Não só é importante para a formação dos músicos, mas também para a criação de novos públicos cada vez mais jovens.

2 Práticas e consumos de música

“Porque será que gostamos dos músicos?

Qual será o poder de uma canção? (...) As nossas vidas são o que merecemos, são em muitos casos dolorosamente deficientes. A música transforma-as em qualquer coisa diferente. Mostra-nos o que nós próprios poderíamos ser se fossemos dignos desse mundo.”

Salman Rushdie (1999)

De acordo com Paula Abreu (2000), a aura, o encantamento e o mistério que envolve as obras de arte remetem mais para uma visão contemplativa do que propriamente para uma visão de análise. Esta admiração pela arte tem sido pouco explorada pelos sociólogos, que não explicam o lado imaterial e emocional da admiração que nutrimos pela arte e das relações que estabelecemos com ela.

Tem-se vindo a verificar um incremento dos fenómenos artísticos e culturais, uma área que poderá revelar particularidades da sociedade actual. As cidades transformaram-se em espaços privilegiados para os mercados culturais, onde se pode encontrar ofertas excepcionais a nível de criação, produção e distribuição de bens culturais.

Por outro lado, as dinâmicas culturais e económicas têm vindo a destacar uma autonomização relativa das entidades de intervenção, o Poder Central e o Poder Local. Na dualidade entre estes dois poderes destacam-se as responsabilidades conferidas a ambos. Responsabiliza-se o Poder Central pelo apoio às instituições, aos criadores e aos equipamentos culturais, e o Poder Local pela responsabilidade de dinamizar o ambiente cultural local.

Quer isto dizer que compete ao Estado (Poder Central) como elemento facilitador, criar e estimular o desenvolvimento de circunstâncias favoráveis que permitam a implementação das condições necessárias para a interacção entre os meios artísticos, a sociedade, o poder local e as instituições, conforme ilustra a figura seguinte.

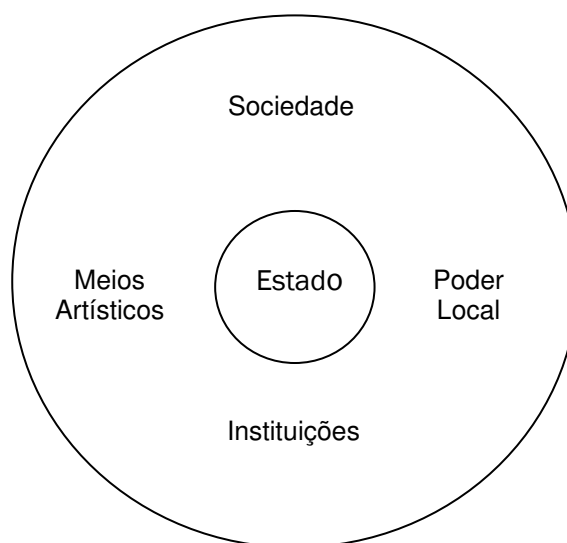


Figura 2 – O Estado como promotor da interacção entre os vários agentes

Ainda segundo Paula Abreu, no seu artigo sobre práticas e consumos de música (s), as práticas culturais dos portugueses têm sido estudadas através de observações que abrangem apenas alguns aspectos gerais e apresentam os seguintes resultados:

1. Práticas ocorridas no espaço doméstico, tais como a aquisição de equipamento de “mobiliário cultural” (leitores de CD, gravadores, etc...)
2. Práticas de convívio cultural, saídas para eventos e outras actividades lúdicas;
3. Frequência de utilização de equipamentos no decorrer de actividades promovidas por entidades culturais;
4. Fragilidade das práticas envolventes, não só a relação de consumo, mas as actividades de expressão e criação (denominadas actividades amadoras);
5. A relação estabelecida entre a classe jovem, os detentores de estudos superiores e mais qualificados profissionalmente e os residentes de grandes centro urbanos (frequentemente usados como objecto de estudo por terem melhor acesso aos bens culturais) estabelecem com os bens e serviços culturais a que têm acesso.

Efectivamente, as práticas culturais estão condicionadas por variáveis tão distintas tais como, a idade, o nível de escolaridade, o sexo, a qualificação profissional e o local de residência. Estes factores determinam a integração e/ou exclusão que se

revelam na distribuição dos bens culturais e são um reflexo de desigualdade económica e social. As práticas culturais manifestam-se através de três variantes: consumo doméstico, práticas de saída, práticas de frequência e participação em actividades culturais (literatura, dança, música, teatro, cinema, artes plásticas e outras expressões artísticas).

2.1 A música como objecto de estudo

Entre as várias componentes que designam a música como objecto de estudo, realçam-se o prazer e o conhecimento que a envolvem. A música tem sido considerada como matéria denunciadora das lógicas que compõem a esfera cultural. A sua exemplaridade tem sido utilizada para justificar grandes transformações que ocorrem na área da cultura, tais como: a aceleração do processo de comercialização da cultura, a redefinição dos processos de produção e criação cultural, os processos de profissionalização das carreiras artísticas assim como da especialização das entidades de produção e distribuição de produtos culturais, a associação aos processos de dinamização do consumo de bens culturais e da pluralização dos gostos do público urbano e das gerações mais novas.

Tem-se revelado de igual modo na esfera cultural como um exemplo de autonomização, um ícone na indústria da cultura. Como objecto cultural de referência, a música conjuga de modo exemplar os distintos processos de produção com as várias formas de recepção e consumo.

À medida que as pessoas se tentam adaptar e situar num mundo em permanente transformação, sentem a música como algo compensador, pois a música está entre os elementos culturais mais firmes, na medida em que simboliza um estilo de vida, sendo para muitos uma forma de vida.

A etnomusicologia é habitualmente definida como o estudo da música na cultura. Para alguns etnomusicólogos, é mesmo considerada o campo que estuda a música como cultura, considerando que a música é uma das formas que compõem as actividades humanas. Aqui, música como cultura não significa cultura como arte das

elites. Para os antropólogos, cultura é o modo de vida de uma pessoa, aprendida e transmitida através dos séculos adaptando-se ao meio natural e à condição humana.

Embora a música seja universal e transversal às sociedades, o seu significado pode não o ser. A título de exemplo e segundo Titon (2008^a) há cerca de 150 anos, um famoso músico asiático assistiu pela primeira vez a um concerto sinfónico de música ocidental na Europa. Ao ser interpolado pelos anfitriões sobre se tinha gostado do mesmo, respondeu “Muito”. Não satisfeitos com a resposta, os anfitriões voltam a perguntar de que parte gostou mais. Disse “Gostei da primeira parte”, “Ah, do primeiro andamento?”, “Não, antes disso”.

Para o asiático, a melhor parte do concerto foi a parte da afinação da orquestra, que para o europeu habituado a ouvir este tipo de música está incorrecto, uma vez que a fase de afinação de uma orquestra, não produz um som muito agradável, nem é considerada música. Quem estaria certo? Ambos, o asiático e o anfitrião europeu. Efectivamente a música é uma linguagem universal no sentido de que qualquer indivíduo compreende o seu significado. Por outro lado, pessoas de diferentes culturas atribuem sentidos diferentes à música. Segundo Titon (2008^b): “*música não é algo encontrado no mundo real, tal como o ar ou a areia, pelo contrário, música é algo que as pessoas fazem*”. E fazem-no de duas maneiras distintas: produzindo sons aos quais chamam música, e também, em determinado contexto cultural, formando actividades e ideias a que chamam música.

Sendo a cultura transmitida de geração em geração, desde o nascimento que toda a humanidade absorve a herança cultural da família, da comunidade onde vive, dos amigos e de instituições como os *media*. É esta herança cultural que orienta as acções e os comportamentos das pessoas perante determinadas situações.

Para uma melhor compreensão da temática da música enquanto cultura, atente-se ao modo como Titon (2008^c) sugere um modelo de música – cultura, através do qual se representam os vários elementos que envolvem a música na sua performance.

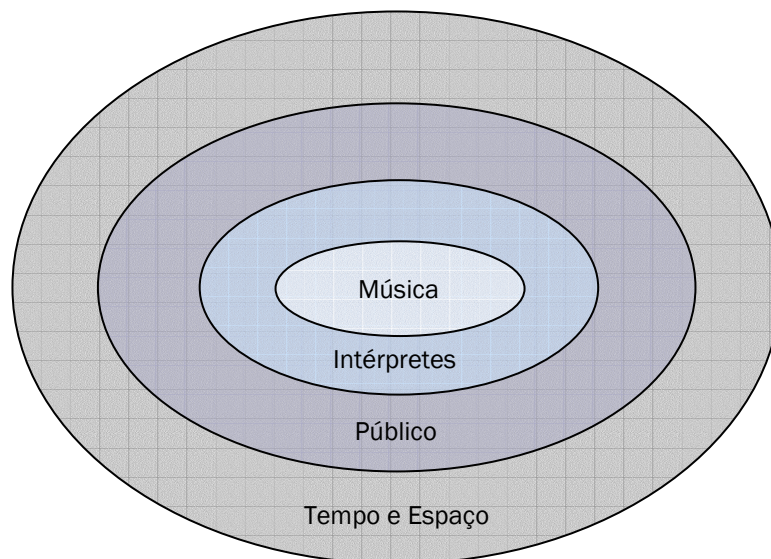


Figura 3 – Elementos de uma performance musical³

Do modelo apresentado depreende-se que a música é o centro de toda a experiência. No círculo seguinte representam-se os músicos que a interpretam (os intérpretes). De seguida, o público, que juntamente com os intérpretes absorvem esta experiência e por fim o tempo e espaço em que a acção decorre. Tendo como referência o diagrama representado, Titon (2008^d) criou um “modelo de música – cultura” apresentado a seguir.

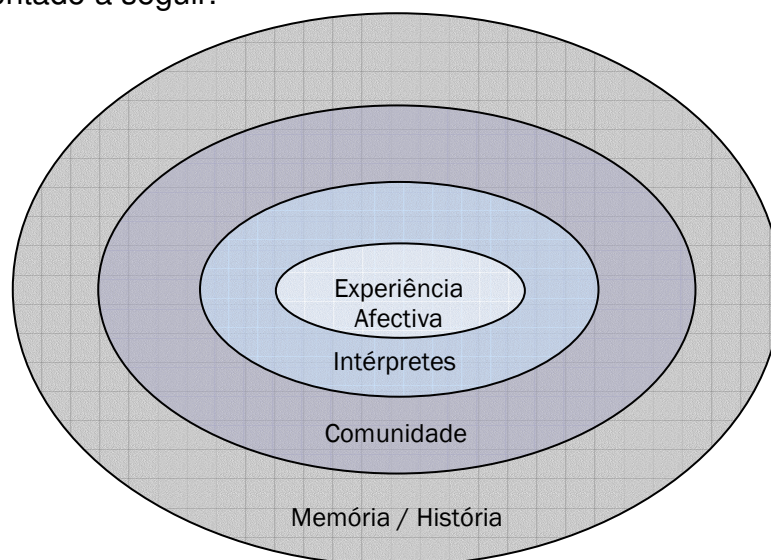


Figura 4 – Modelo de Música – Cultura (Titon)⁴

³ Tradução adaptada de Titon (2008)

⁴ Idem

Neste modelo, Titon (2008^e) coloca no centro do diagrama, as experiências afectivas, a origem das emoções suscitadas pela música.

2.2 O que é a música clássica?

Segundo o maestro e compositor Leonard Bernstein (1918-1970), a música clássica é assim denominada por ser tão diferente dos outros géneros musicais que conhecemos. Outros estudiosos nesta matéria denominam-na de música erudita. A palavra erudita só por si remete para um nível social e cultural superior, afastando a ideia de que qualquer indivíduo sem qualquer tipo de formação possa ser admirador deste tipo de música.

Para Bernstein, a palavra adequada para classificar este estilo musical seria exacta. A diferença entre os restantes estilos musicais e este estilo denominado de música erudita é que quando um compositor compõe uma obra, escolhe ao pormenor aquilo que pretende, isto é, os instrumentos e as dinâmicas que pretende. Posteriormente, cabe ao instrumentista que vai tocar a peça de acordo com o que o compositor pretendia quando a escreveu, e que apenas é possível dada a exactidão com que a peça foi escrita.

A palavra clássica não será a mais adequada para classificar este estilo musical. O período clássico remonta ao séc. XVIII e faz parte da história europeia, uma época marcada por regras em que se pretendia atingir a perfeição em todas as formas de arte. Neste período destacam-se grandes compositores como Joseph Haydn, Amadeus Mozart e Ludwig Beethoven.

A música erudita isola-se dos restantes géneros musicais, este isolamento pressupõe na opinião de Krims (apud, Vale, 2008: 16), um *“acto simbólico marcando a música clássica como um género especial, cujo marketing, consumo e apreciação requerem condições especiais e uma separação de outras músicas”*. A música erudita, neste caso, não é apenas algo que um indivíduo ouve, transforma-se numa forma de exclusão ou definição de elites. Não é por acaso que aquando da criação

do formato CD, a música erudita foi o primeiro género musical a ser gravado nesse mesmo formato, considerando o custo elevado da sua produção. (Vale, 2008).

A música erudita pode então ser definida como aquela em que o compositor expressa com exactidão aquilo que pretende no resultado final, estabelecendo um conjunto de regras provenientes de práticas comuns na época em que vive. Estas práticas resultam de anos de evolução desde a música renascentista até aos nossos dias.

3 A Orquestra Filarmonia das Beiras

É consensual a ideia de que existe uma centralização da oferta cultural em Portugal. Em 1992 o Ministério da Cultura compromete-se a intervir na área cultural, expondo o seguinte: “tendo identificado a área da música como área prioritária de intervenção e de reestruturação, dada a escassez de recursos e de produções existentes nesse domínio, propôs-se promover a adopção de alguma soluções inovadoras que permitam prosseguir, em simultâneo, os nobres objectivos de maior acessibilidade cultural e de promoção da qualidade das estruturas e das promoções a curto e médio prazo.”⁵

O Governo assume o compromisso de criar formas que possibilitem o desenvolvimento das orquestras regionais. Deste modo, foi delineado um projecto para a criação de uma orquestra regional na Região Centro com estruturas próprias que permitam o desenvolvimento dos vários níveis de actividade das populações. O projecto de criação de orquestras regionais apresentou-se como uma oportunidade para facilitar o acesso da população aos bens culturais e um estímulo aos valores individuais. Por outro lado, as orquestras regionais não são apenas um veículo de divulgação cultural, são para os músicos da região uma oportunidade de desenvolvimento profissional e projecção além fronteiras.

⁵ Extracto do despacho normativo nº56/92 da Presidência do Conselho de Ministros publicado no Diário da República I série nº99 de 29 de Abril de 1992.

Para promover o desenvolvimento e implementação deste projecto de criação de uma orquestra regional na Região das Beiras, foram contactadas entidades como Câmaras Municipais, Governos Cívicos e Região de Turismo da Rota da Luz, entidades responsáveis por relacionar a população com a orquestra.

A região de Aveiro tem promovido ao longo dos tempos o gosto pela música, através da divulgação das actividades culturais e da criação de espaços onde se possam expressar essas manifestações. Em 8 de Outubro de 1960 foi fundado o Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian⁶, a partir do qual se forma em 1986 a Orquestra de Câmara de Aveiro, constituída por alunos e docentes do conservatório com vista a preencher o vazio existente na área da música. Sete anos após a criação da Orquestra de Câmara de Aveiro traçam-se as linhas orientadoras para um novo projecto: a criação de uma orquestra regional.

O despacho normativo nº56/92 da Presidência do Conselho de Ministros vem impulsionar a criação ou desenvolvimento de orquestras regionais. Neste âmbito insere-se o projecto da Orquestra Filarmonia das Beiras.

A OFB foi fundada em 1997 como orquestra regional sem fins lucrativos, ao serviço dos seis distritos que compõem a Região das Beiras: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, muito embora se apresente com frequência noutros distritos. Tutelada pela Associação Musical das Beiras (AMB), a OFB foi criada com o objectivo de formar novos públicos através da valorização e divulgação da música enquanto património, utilizada como veículo pedagógico e formativo. Sedeada na região centro, a OFB surge como uma referência cultural na área da música erudita. Para a concretização deste projecto, a OFB contou com a parceria de agentes da Região das Beiras, tais como autarquias, instituições de ensino superior e instituições de turismo, tendo obtido posteriormente um incentivo financeiro por parte do Ministério da Cultura (1992), atribuído às Orquestras Regionais.

⁶ Tornada Escola Pública de Ensino Especializado de Música através da Portaria nº 500/85 de Julho. Actualmente insere-se no Ensino Vocacional de Música de nível secundário estando-lhe agregadas 15 escolas de música do ensino particular e corporativo.

O financiamento revelou-se essencial para a divulgação e realização de concertos em cada localidade, mantendo com as instituições mencionadas uma relação de colaboração contínua. Este ciclo repetir-se-ia periodicamente através da celebração de protocolos de cooperação, para que a OFB tenha a possibilidade de obter receitas de forma regular, e, deste modo, manter a sua actividade.

A realização de concertos revela-se o principal indicador para a avaliação do contributo da OFB a nível cultural e social, não obstante, se considerem outros objectivos:

- a) Promoção e difusão de uma cultura musical na Região das Beiras;
- b) Apresentar programação variada e apelativa de forma a promover a formação de novos públicos, através da divulgação de obras dos mais importantes compositores das mais variadas correntes musicais;
- c) Promover na sua programação a obra de compositores portugueses;
- d) Impulsionar a empregabilidade de músicos portugueses em todas as funções da orquestra: maestro, solista e instrumentista.

Para além da realização de concertos, a OFB desenvolveu um projecto que une a tecnologia à música, o CD-ROM “Orquital”. Um CD interactivo, juntamente com um *Website*, criado em parceria com a Universidade de Aveiro, que contém conteúdos sobre o funcionamento e composição de uma orquestra, como ter acesso a suportes de gravação e reprodução audiovisual, permitindo ao utilizador uma interacção na qual ele pode assumir o papel de Maestro numa orquestra interactiva, ligar e desligar naipes de instrumentos, etc.

A formação é um dos eixos estratégicos primordiais da OFB, com especial relevância para as camadas mais jovens da população. Na área da formação musical, foi criado um programa de animação destinado a crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), o projecto “Música na Escola”. Este projecto visa levar a música erudita a crianças que de outra forma não têm acesso a este tipo de música, criando hábitos de audição e potenciando a formação de novos públicos.

Outro projecto que se destaca na área da formação é o Curso de Direcção de Orquestra (em parceria com a Universidade de Aveiro). Este projecto visa sustentar e estruturar o desenvolvimento da cultura musical, através da valorização e qualificação artística de jovens maestros, estudantes de direcção de orquestra, professores de música e instrumentistas que queiram enveredar pela direcção.

Para além destes projectos, anualmente a OFB proporciona aos alunos do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro (DECA), a oportunidade de se apresentarem ao grande público juntamente com a OFB. Os programas abrangem os alunos da classe de canto, assim como instrumentistas, e participam em concertos tradicionais de música erudita, ópera, um estilo que começa a cativar o público mais jovem.

Em Outubro de 2004⁷, ponderou-se a extinção da orquestra por motivo de conflitos nas relações laborais. Em Janeiro de 2005, o processo de extinção foi suspenso por decisão tomada em Assembleia-Geral da OFB. Em Julho de 2005, após algumas reestruturações artísticas e administrativas, foi decidido em Assembleia-Geral, a prossecução do projecto OFB.

3.1 Gestão de uma orquestra regional

A gestão de uma orquestra assemelha-se à gestão de uma empresa, na medida em que, apesar de ser uma associação sem fins lucrativos, procura obter lucro através da venda de um produto: a música erudita. A sua organização estrutural obedece a uma hierarquia que permite o seu funcionamento, como será explicado a seguir.

A OFB é subsidiada pelo Estado, através do Ministério da Cultura. O subsídio é facultado trimestralmente após o envio dos documentos administrativos comprovativos de despesas elegíveis. Para além deste subsídio, a orquestra tem receitas provenientes dos seus concertos, na sua maioria adquiridos pelos seus promotores.

⁷ Fonte: Jornal da Bairrada: Portal d'Aveiro. 14 de Outubro de 2004

Para além do financiamento do Ministério da Cultura, a orquestra conta com o apoio de promotores com os quais tem protocolo de cooperação, tais como: Regiões de Turismo (Rota da Luz), Instituições de Ensino Superior (Universidade de Aveiro, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Viseu), Associativismo e tecido empresarial (ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários) e Autarquias e Dioceses (Santuário de Fátima).

Os recursos humanos da OFB são constituídos por um Director Artístico, que acumula a função de Maestro titular, sendo também da sua responsabilidade a definição da programação da orquestra e a contratação de novos elementos.

O departamento administrativo é da responsabilidade de uma Coordenadora Administrativa e Financeira, que coordena também os Recursos Humanos. Conta ainda com a colaboração de uma Técnica de Imagem e Relações Externas, de um Técnico de Produção e de um Secretário de Orquestra.

À Técnica de Imagem e Relações Externas cabe a responsabilidade de contactar e angariar potenciais clientes para a aquisição de concertos, óperas e programas para crianças (“ Música na Escola”) e fazer a divulgação da agenda da orquestra.

O Técnico de Produção procura responder às necessidades técnicas da orquestra, no que concerne ao equipamento para os concertos, desde partituras à montagem do espaço de palco.

A OFB insere-se na tipologia de uma orquestra de cordas (violinos, violas, violoncelos e contrabaixos). O Secretário de Orquestra é responsável pela organização do seu corpo efectivo composto por 23 músicos, pela logística relativa às saídas da OFB para outras localidades, pela contratação de instrumentistas para a realização de concertos ou programas que exijam outros.

A constituição dos programas da OFB tem exigido um maior investimento nos últimos anos de forma à responder às exigências de um público cada vez mais exigente.

Em parceria com a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade de Aveiro, a OFB coordena o projecto Estúdio de Ópera do Centro, desde 2006. Este projecto visa fomentar a formação de novos públicos e cantores. A produção de ópera implica custos elevados, não obstante, anualmente a OFB prepara a realização de três produções de ópera: no início da nova temporada, no Outono, uma grande produção tendo como alvo o público geral, na Primavera, uma ópera destinada a crianças, que habitualmente conta com a presença de um coro infantil e por último um concerto no final da temporada em que é dada a oportunidade a jovens cantores participantes de um curso vocal internacional.

Pretende-se que este projecto tenha carácter itinerante, abrangendo preferencialmente a Região Centro, na qual o projecto foi criado. Este objectivo tem-se concretizado a partir da realização dos programas de ópera acima referidos, em determinadas épocas do ano, três produções na totalidade. A sua produção está preparada de modo a fazer representar-se em qualquer palco do país, como se tem verificado em produções anteriores, marcando presença de Norte a Sul.

3.2 As orquestras e o público

A adesão do público a programas de música tem crescido de ano para ano. De acordo com o Observatório das Actividades Culturais (OAC)⁸, num estudo realizado em 1999, verifica-se um acréscimo de festivais de música no período de 1985 a 1999.

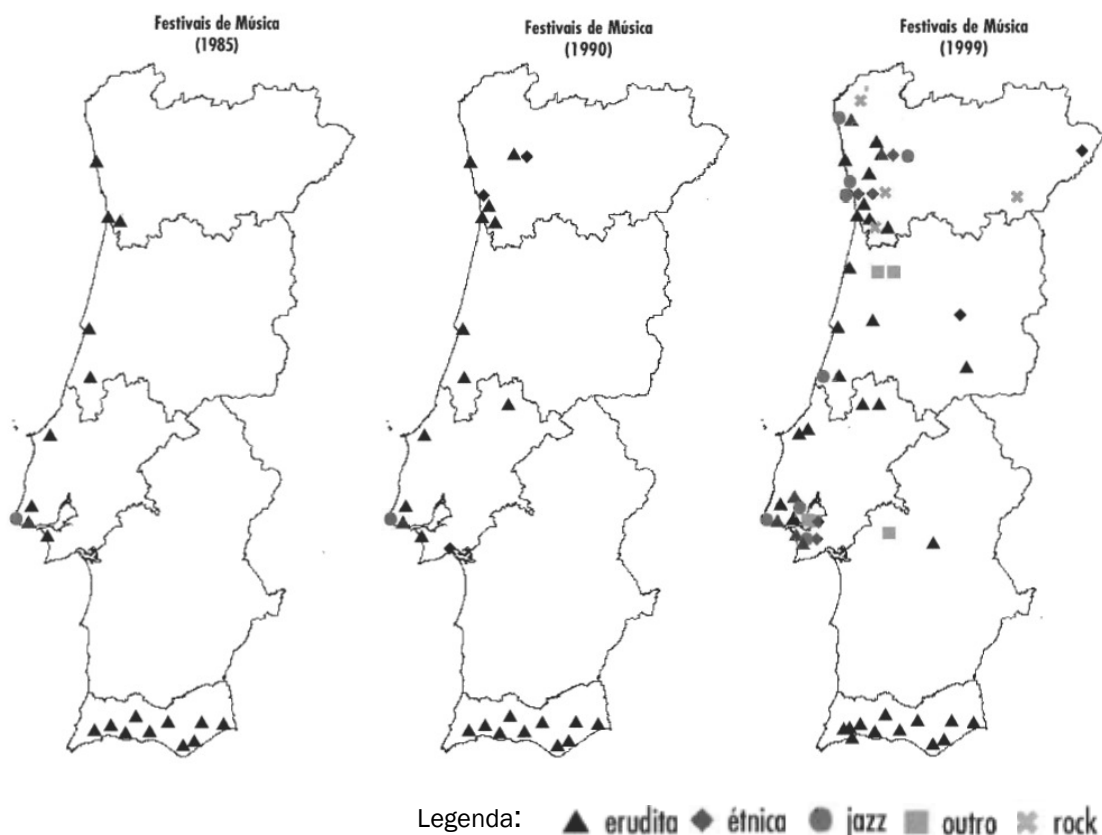


Figura 5 – Realização de Festivais de Música em Portugal entre 1985-1999⁹

Depreende-se que as autarquias têm vindo a equipar as suas cidades com infra-estruturas adequadas a vários tipos de eventos, rentabilizando os espaços com a variedade de programas, dando à população local a possibilidade de assistir a este tipo de programa com mais frequência e em melhores condições.

Em muitas cidades assistiu-se à reabilitação de espaços culturais antigos, reavivando o hábito de se assistir a um programa musical ou peça de teatro, quer

⁸ Folha OBS; nº 1 (Nov. 1999)

⁹ Idem

em grupos de amigos quer em família integrando neste último grupo as crianças com espectadoras de programas de música erudita, o que há uns anos não estava ao seu alcance.

A distribuição de espectáculos a nível regional revela um considerável desequilíbrio em favor da Região de Lisboa, em que houve um espectáculo para cada 233 habitantes, em comparação com o Norte com um concerto para cada 657 habitantes.

Actualmente verifica-se uma menor sensibilidade para os aumentos de preços deste tipo de espectáculo, um comportamento que se opõe à actual conjuntura económica. No cerne destas escolhas por parte do consumidor estão as suas preferências, expectativas e estilo de vida. O consumidor passa a dar relevância à sua necessidade de assistir a estes programas, conduzindo ao oportunismo por parte das empresas promotoras dos programas de música.

Associado ao crescimento do consumo de música está a fidelização do público, verificando-se que os espectáculos musicais fazem parte da procura, um aspecto fundamental nos consumos culturais. Estes consumos são cumulativos e aditivos, quer isto dizer que o consumidor aprende a gostar criando uma certa dependência destes consumos. No entanto, a importância atribuída a estes consumos culturais é relativa, variando de acordo com a faixa etária e com a situação económica dos indivíduos. A população mais idosa que apresenta uma elevada taxa de analfabetismo não tende para o consumo cultural, realçando-se a importância que estes consumos adquirem para as gerações mais jovens, caracterizadas pelo consumismo e hedonismo.

Refere o relatório¹⁰ do Instituto Nacional de Estatística (INE) que o consumo cultural e de lazer do ano de 2007 relativo aos concertos de música ligeira em relação a outras modalidades de espectáculos¹¹ registaram um maior número de espectadores (3,7 milhões) e 29,7 milhões de euros de receitas de bilheteira.

¹⁰ Edição de 2007

¹¹ Teatro, ópera, música clássica, dança, outras

4 O papel das orquestras enquanto património

“Tudo o que de qualquer forma esteja relacionado com a música ou a sua prática constitui testemunho das formas, das técnicas e até das ideias que acerca da arte dos sons a Humanidade foi desenvolvendo ao longo dos séculos.”

Instituto Português do Património Cultural

Durante o processo de pesquisa para a elaboração deste trabalho, constatou-se a escassez de bibliografia sobre o investimento em cultura, especificamente sobre as orquestras regionais. Não sendo o único motivo para a realização deste trabalho, foi presumivelmente o mais significativo e um dos principais motivos que conduziram à escolha deste tema e ao seu desenvolvimento. Qual será o motivo pelo qual este tipo de projecto cultural não serve de base para objecto de investigação com mais frequência? Numa perspectiva etnológica e antropológica poderá a orquestra ser considerada património?

As actividades musicais substanciam-se através de uma sequência de processos sócio-culturais e de dinâmicas, na maioria dos casos associadas a movimentos associativos. Se por um lado este tipo de actividade está conotado com o lado mais tradicional da sociedade, por outro está associado a uma classe erudita.

Repare-se que, a maioria dos espectadores de programas de música não pertence a um círculo de música erudita. Um dos factores que determina esta situação é o facto de a difusão deste tipo de programa prender-se com a pouca identificação do público português com este género musical.

Podemos afirmar então, que a prática musical é património cultural de qualquer sociedade em que essa actividade tenha lugar, isto é, essa actividade musical faz parte de um contexto cultural de determinado grupo social, podendo não ser interpretada de igual modo ou ter o mesmo significado para outros grupos sociais. Independentemente do tipo de música ou actividade musical, podemos concluir que estas práticas culturais servem de veículo de ideias, técnicas e tradições da época e espaço que ocupa.

A história destas actividades musicais remete para um determinado contexto no qual elas se tornam referências, adquirem, transmitem e assumem o estatuto de património cultural.

O investimento em divulgação é reduzido, e o de produção ainda mais, o que poderá retirar algum poder atractivo ao programa. Depois, é preciso cultivar estes hábitos nas populações e sendo o retorno deste tipo de actividade cultural, e não só, um retorno a longo prazo, não existem esforços políticos no sentido de incentivar este sector, e em particular esta área.

Capítulo II

1 A cultura em Portugal

1.1 O que é a cultura?

A palavra cultura deriva do latim “*colere*”, que significa cultivar, proteger. A partir do séc. XVIII, passa a ter o sentido próximo do seu significado actual. Mas de que falamos quando falamos de cultura?

A definição de cultura é bastante ampla, e suscita uma multiplicidade de opiniões e definições. Durante séculos de pesquisa e estudos sobre o tema, são vários os autores que a ele se dedicam, originando uma diversidade de definições que se complementam entre si.

Em 1952, Kroeber e Kluckhohn, antropólogos norte-americanos, revisaram alguns conceitos e definições de cultura então estabelecidas, compilando um total de 164 definições diferentes.

Edward T. Hall (1983), antropólogo norte-americano, entende a cultura como sendo o subconsciente, um mecanismo invisível que opera no nosso pensamento e que só tomamos consciência dessa realidade numa situação extrema, tal como quando somos confrontados com uma cultura diferente da nossa.

“A cultura é a programação colectiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de outro.” Hofstede (1994^a).

Hofstede (1994^b), apresenta metaforicamente a cultura como uma cebola composta por quatro camadas, em que a camada superior está mais vulnerável e é mais fácil de mudar, ao contrário da camada interna muito pouco acessível.

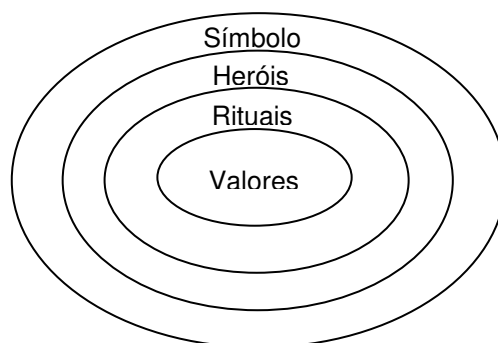


Figura 6 – Modelo da Cebola baseado em Hofstede

Neste modelo, ao centro encontram-se os valores. Na camada seguinte encontram-se os Rituais, como por exemplo, modos de cumprimentar e de demonstrar respeito para com o outro. Na terceira camada, encontram-se os Heróis, pessoas que servem de exemplo ou simplesmente são admiradas pelo seu comportamento. Na quarta e última camada, encontram-se os Símbolos, como as palavras, as cores, os artefactos que transportam significado especial.

Independentemente da pluralidade de definições de cultura que possam existir, reconhece-se que esta é plena de significação, pode ser entendida como algo que nos é transmitido socialmente, um conjunto de valores e crenças que passam de indivíduo para indivíduo através das relações sociais ou uma espécie de herança de valores pelos quais se rege a sociedade em que vivemos.

Segundo Edward Burnett Tylor (apud, Santos, 2007: 21): *“a cultura é uma totalidade complexa que inclui conhecimentos, costumes, crenças, direito, arte, e todos os restantes hábitos e capacidades que o homem adquire enquanto membro de determinado grupo social”*.

Com a afirmação do poder burguês, a cultura para além das funções artísticas, passa a desempenhar uma função social. Enquanto espectáculo deixa estar acessível exclusivamente para a aristocracia, verificando-se alterações a nível da construção dos equipamentos culturais, outrora tão majestosos, primando pela escolha de espaços mais simples onde o próprio público pode intervir no espectáculo. Durante a primeira metade do séc. XIX incrementou-se a actividade

musical, tanto produzida pelo Estado, como através de produções de academias profissionais e amadoras.

No final da década de setenta, os estudos culturais começam a ser alvo de interesse como área de pesquisa. À medida que vai sendo mais visível a participação da sociedade civil no desenrolar do processo de democratização de políticas relacionadas com a preservação do património cultural, vão surgindo cada vez mais pesquisas que compreendem diversas áreas da sociedade, abrangendo políticas locais focalizadas na cultura ou, mesmo o aparecimento das denominadas políticas culturais.

Entre as várias definições para política cultural, podemos interpretar as políticas culturais como:

“ (...) uma acção da alçada do poder público estruturada em princípios, operações, procedimentos administrativos e orçamentais pelos quais se procura melhorar a qualidade de vida de determinada comunidade, através de actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. (...) Deve incidir sobre as diversas faixas da população, concedendo-lhe o fácil acesso e democratizando a Cultura e a sociedade de forma una e integrada.” (Santos, 2007: 17).

Após o 25 de Abril, verificou-se uma preocupação em relação às infra-estruturas, de forma a dar resposta às necessidades de cariz qualitativo das populações. Assistiu-se a uma sensibilização dos municípios, e a partir deste momento começaram a ser disponibilizadas verbas para a área da cultura.

Na sequência desta mudança, o Governo tem vindo a atribuir responsabilidades às autarquias, como estratégia de dinamização da cultura. No momento actual, a cultura envolve actividades complexas, gestão de equipamentos municipais, preservação e valorização de património. Passou a ser uma questão de maior importância, tanto na perspectiva do comportamento da população, como na

perspectiva da actividade cultural, crescendo também como um factor produtivo para o país.

A cultura de base (entenda-se aqui cultura como base para a cidadania, no sentido antropológico) tem sofrido alterações, acompanhando as mudanças do país e do mundo. Estas mudanças culturais afectam várias áreas, desde o lazer, à economia, recreio e religião. A cultura é muitas vezes posicionada no vértice entre a economia e a política.

Contrariamente a outros sectores da economia, o sector cultural é provavelmente o único que contempla as vertentes de criar bem-estar no seu consumidor final, prover educação e formação, alargar os horizontes, favorecer a inclusão social, dar continuidade a um legado histórico contribuindo para o sentido de pertença do cidadão face à sua comunidade.

O envolvimento e a participação da comunidade nas actividades culturais podem ser viáveis e concretizáveis através dos seguintes objectivos: promoção e implementação de programas com vista ao desenvolvimento de interesse artístico; facultar ajuda técnica e administrativa ao movimento associativo; permitir a participação na escolha de programas e na gestão dos serviços culturais dos municípios e promover o desenvolvimento de uma cidadania de cultura abrangendo os diferentes estratos da sociedade.

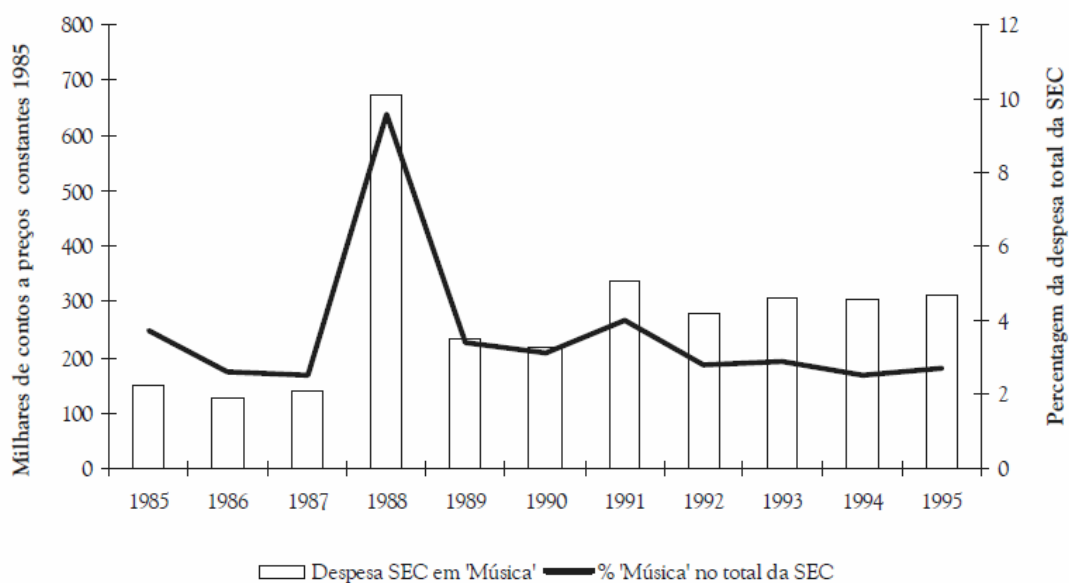
Desempenhando funções a nível social e político, o sector da cultura é utilizado como meio para diversos fins a nível nacional, que muitas vezes ganha projecção no mundo global e multicultural.

“De facto, a cultura pode ser vista como embaixadora e como veículo para os valores europeus (tolerância, democracia, diversidade e pluralismo, etc.) e o seu percurso de vida. (...) A Europa foi bem sucedida em estabelecer o princípio da diversidade cultural como princípio de lei internacional e em

estabelecer que os produtos culturais não são simples mercadorias, mas merecem tratamento específico.”¹²

Importa referir que Portugal vê o seu processo de evolução cultural atravessar duas linhas distintas. Por um lado, séculos de desigualdades sociais que deixaram a sociedade e o universo cultural estratificada em grupos e regiões, por outro, a falta de confiança do povo português em si próprio e nas capacidades que tem, dependente da opinião de terceiros e crendo que tudo que é feito pelos outros (estrangeiros) tem mais qualidade.

Um estudo realizado pelo OAC sobre a despesa pública na área da música entre 1985 e 1995, evidencia áreas que têm vindo a sofrer uma intervenção política de modo continuado, nomeadamente em relação às orquestras, música gravada e bandas filarmónicas. O mesmo observatório refere que a despesa da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) na área da música teve um incremento de 148 mil contos (738.220€), para 314 mil contos (1.566.60€) em 1995. (Fig. 6)



Fonte: SEC/DGESGO/GP, Cultura. Relatório de Actividades, 1985-1995.

Figura 7 – Despesa da SEC em Música (1985-1995)¹³

¹² Do original: The economy of culture in Europe: Background and Context

¹³ OAC; Folha OBS; nº 4

Relativamente à despesa da SEC com orquestras ao longo da década em que decorreu este estudo, ocorreram importantes alterações na área da música, nomeadamente de cariz político, que se manifestaram sobretudo ao nível de investimento em orquestras, que a partir de 1988 se tornam uma das componentes fundamentais da intervenção da tutela da Cultura. As despesas com as orquestras beneficiaram de um reforço cm o Plano Nacional de Orquestras, a partir de 1992.

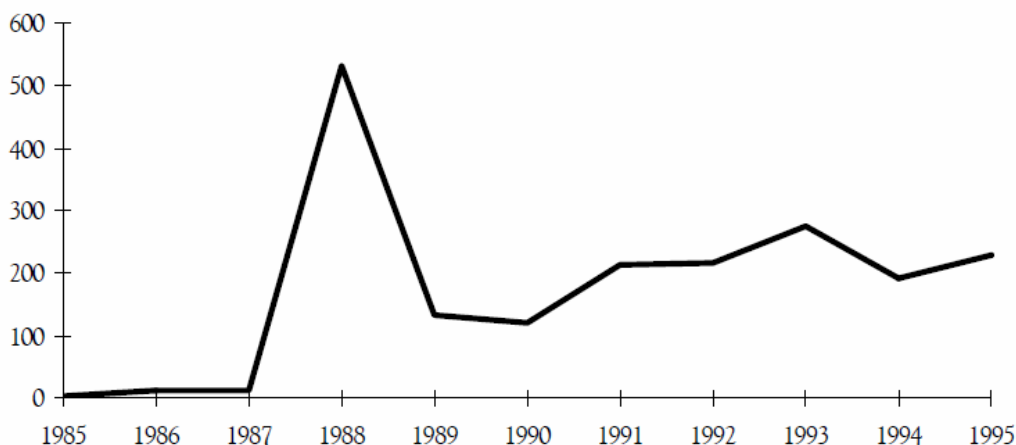


Figura 8 – Despesas da SEC em Orquestras (1985-1995) -valores em milhares de contos ¹⁴

Qual o contributo da cultura para a economia? A cultura actualmente está na base de grandes indústrias, fornece produtos para consumo em diversas áreas, nomeadamente na indústria cinematográfica, musical e editorial. Nesta perspectiva, a cultura pode ser vista como um produto material ou imaterial.

Considerando que qualquer Governo tenha também como obrigação a progressão de uma sociedade, podemos afirmar que tal medida passa, também, pelo investimento na área da cultura, ou seja, tornar a cultura pública, feita por todos e ao alcance de todos. Deste modo, a cultura passa a ocupar um lugar de destaque na sociedade a par com a área da educação.

¹⁴ OAC; Folha OBS; nº4. Não inclui a Orquestra Nacional de S. Carlos.

Não obstante, para grande parte dos municípios em Portugal, a cultura ainda não é tida como um investimento prioritário, e como ferramenta de desenvolvimento do município, comprovado pelos reduzidos orçamentos atribuídos à cultura.

Na opinião de Aguilera (2006) , a cultura é uma área altamente permeável, uma imensa esponja de conceitos, relações, interdependências e de contaminação de factores culturais, económicos, políticos e educativos. Um acontecimento artístico é apenas a realização de um processo. Outrora privilégio de algumas elites, a cultura passou a ser um direito de toda uma comunidade.

De acordo com o POC (Programa operacional de cultura), a cultura é cada vez mais uma necessidade para as pessoas, passando a estar incorporada numa escala de referências a par com valores de cariz económico e social. Deste modo, pretende-se que a cultura seja um meio de qualificação e veículo de coesão a nível económico e social, através da elevação do nível de instrução da população, favorecer o acesso à cultura em geral (através do alargamento do acesso espacial à cultura) e desta forma contribuir para o progresso das populações.

A cidadania europeia implica igualdade de direitos, também, no acesso à cultura, tanto nacional como europeia a todos os cidadãos, conforme se encontra estabelecido no Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht em Fevereiro de 1992. O artigo 128º do Tratado estabelece que “*a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum*”.

Em Portugal estas medidas passam pela criação de uma rede de recintos culturais, que permitam a realização de manifestações de cultura nas diversas áreas, e desta forma levar a informação a regiões mais afastadas das grandes áreas metropolitanas. Assim, a cultura está ao alcance de toda a população e não apenas de algumas elites.

Santos (2007: 29) citando Tylor afirma que “os cépticos entendem a cultura como um sorvedouro de cultura sem nenhuma contribuição”. Pelo contrário, actualmente o sector da cultura quando conduzido de forma correcta é rentável. No entanto, a sua rentabilidade é visível a médio ou longo prazo, e o seu retorno acontece mais frequentemente nas alterações do tecido social que se traduz rapidamente em retorno financeiro.

Relativamente à influência das entidades políticas nesta área, Christophe Girard (2003), adjunto do Partido dos Verdes para a Cultura da Câmara de Paris, defende que “*Sobretudo é preciso que, em matéria de arte e de cultura, os eleitos não intervenham*”.

Verificou-se nos últimos anos uma corrida das autarquias em busca da identidade cultural. Note-se que, apenas em 1984 com a publicação do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril, as autarquias passaram a ter a Cultura como actividade e pelouro. Estas identidades culturais, que muitos tentarão reclamar como sendo suas, da sua região, não é mais do que uma mistura, ou fusão, de várias influências culturais e tudo aquilo que a palavra cultura subentende.

A cultura enquanto experiência social traduz-se na troca de valores e práticas, no entanto, na política, tende a ser separada em duas linhas distintas: a cultura erudita e a cultura popular.

De acordo com um estudo do INE de 1999, verifica-se que os hábitos culturais dos portugueses são notoriamente minoritários, no sentido em que se observarmos os hábitos de frequência de espectáculos ao vivo (e aqui apenas focamos esta área), podemos concluir que esta prática está associada a grupos etários mais jovens, estudantes, grupos sociais detentores de um nível de escolaridade superior, aos profissionais de áreas científicas e intelectuais ou aos habitantes de grandes centros urbanos, predominantemente pertencentes à classe média.

Do inquérito efectuado à população com idade superior a 15 anos de idade numa amostragem de 100 indivíduos, depreende-se que 40% dos inquiridos vai

ocasionalmente a um concerto de música popular por ano e 60% vai regularmente de acordo com os dados estatísticos apresentados.¹⁵

Espectáculo	Intensidade	%
Concertos de música popular/contemporânea	1 a 2 vezes	40%
	Mais de 3 vezes	60%
Teatro	1 a 2 vezes	69,6%
	Mais de 3 vezes	30,4%
Dança	1 a 2 vezes	72,1%
	Mais de 3 vezes	27,9%
Concertos de música erudita	1 a 2 vezes	53,4%
	Mais de 3 vezes	46,6%

Figura 9 – Intensidade de ocorrência a espectáculos ao vivo¹⁶

Um dos principais factores que se prende com a fraca adesão a programas de música erudita está directamente relacionado com o nível de escolaridade. Quanto mais elevado for o nível de escolaridade, maior é o índice de frequência de espectáculos e mais estimulantes intelectualmente: dança, música erudita, teatro e concertos (não contempla concertos de música popular). Conforme demonstrado no quadro seguinte:

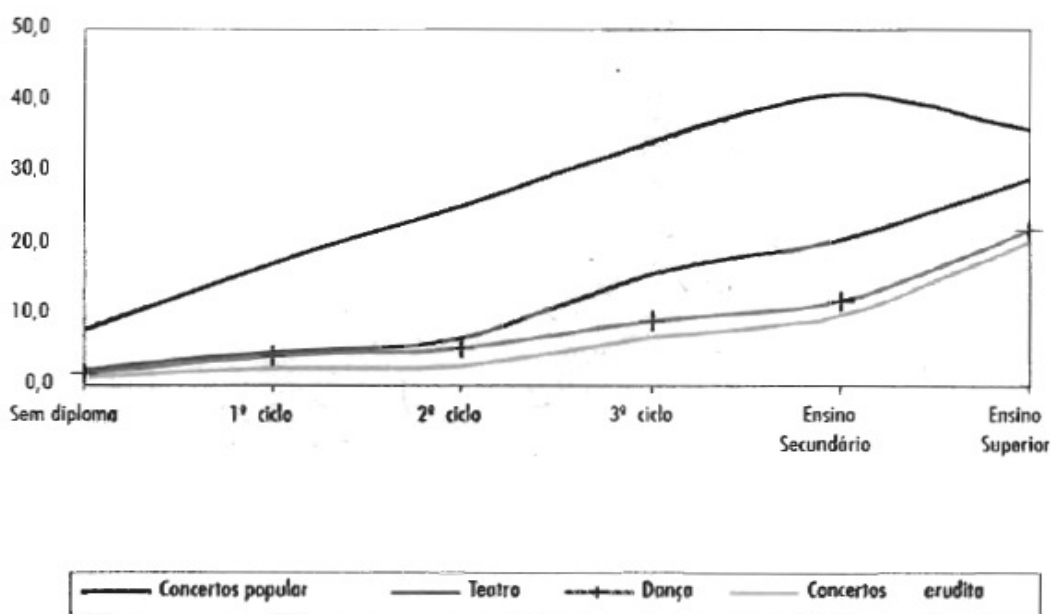


Figura 10 – Frequência de espectáculos ao vivo de acordo com a escolaridade¹⁷

¹⁵INE – Inquérito à ocupação do tempo livre (1999).

¹⁶ OAC: Folha OBS; N°3, p. 6

¹⁷ -----, p. 5

Uma das cidades em que se verifica maior afluência a programas de música erudita é precisamente Aveiro. De acordo com um estudo efectuado em cinco cidades:

“ (...) pertencem a Aveiro os públicos mais assíduos de concertos de música erudita. O universo da música erudita está aí profundamente associado ao tecido associativo do concelho – são importantes não só as bandas filarmónicas, como também as escolas de música – e à actividade do conservatório regional. À vitalidade destes agentes locais junta-se o facto de se encontrar sedeadada nesta cidade (...) a Filarmonia das Beiras ” (Santos et al., 1999: 68).

A cultura portuguesa é rica em diversidade de testemunhos, de Norte a Sul do Continente, Madeira e Açores, que marcam as nossas especificidades em relação a carácter, reflexão e acção enquanto membros deste país. (Gato, 2004)

Se nos referirmos a produção cultural actual, verificamos que o património cultural existente ganha uma dimensão reconhecida através de actividade cultural constante, participativa em que a sociedade pode atingir um nível de desenvolvimento de qualidade elevada. Na realidade, falando de cultura na prática, em Portugal não são necessários dados estatísticos para perceber que existem grandes disparidades neste sector. Por detrás desta realidade poderão estar factores tão distintos como:

- Atrasos significativos na área da Educação, em comparação com a restante Europa;
- Centralização de bens e equipamentos culturais nos grandes centros urbanos, com destaque para o Litoral, não só devido a maior afluência do público, mas também por razões que se prendem com políticas públicas de desenvolvimento regional;
- Escassos investimentos por parte das administrações locais, no sector da Cultura;
- Forte tendência para a privatização do sector da Cultura sob a demanda de um mercado cada vez mais massificado;

- Dificuldades económicas por parte de uma grande percentagem da população, dificuldade em aceder aos bens culturais cujos preços continuam a ser eruditos e discriminatórios;
- Ausência de um culto da Cultura, nas suas diversas modalidades, independentemente da localização, nível de instrução e poder económico.

Contudo, não se pode negar que tem sido feito um investimento ímpar nesta área, nomeadamente a modernização dos equipamentos culturais visando proporcionar mais conforto e mais serviços aliados aos programas culturais.

A área da música referida neste trabalho tem verificado um elevado ritmo de adesão. Em parte devido à moda dos espectáculos de música ao vivo, em espaços públicos, com frequência sazonal, em que se tem notado elevada procura de festivais de rock, jazz, música erudita e dança. Estes espectáculos apresentam-se um pouco por todo o país, visando descentralizar a cultura, levando este tipo de programas a culturas locais por vezes esquecidas.

2 Investimento em cultura

2.1 Os municípios e a economia da cultura

Apesar da cultura ser um sector em franca expansão em Portugal, em muitas autarquias é um processo que ainda se encontra em fase embrionária, muitas vezes limitado pelas leis, outras por imitação daquilo que vêm os outros fazer a nível de actividades culturais (sejam entidades nacionais ou estrangeiras). Para alguns municípios, a cultura revelou-se um novo destino para ocupar o dinheiro que lhes é destinado, proporcionando ocupação de tempo livre a uns, criando trabalho para outros.

Com a publicação da Lei Orgânica das Autarquias (116/84) a cultura passa a constar da estrutura municipal e do Governo como actividade e pelouro. Na maioria dos casos, verifica-se um pelouro regido por um vereador, que geralmente acumula pelouros de áreas bastante divergentes com a da cultura.

De acordo com um estudo realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, em 1999, apurou-se o seguinte: “ (...) *acerca da importância atribuída pela Câmara (...) à cultura como tarefa autárquica: dois terços dizem que (essa importância) “é pouca ou nula.”*, o que só por si revela a importância deste pelouro para grande parte das autarquias, não especificando qual a importância de cada área de intervenção na área da cultura merece mais ou menos destaque (de salientar que o estudo abrange apenas a Região Norte do país).

No entanto, o investimento em equipamentos culturais que se tem destacado nos últimos anos não é acompanhado pelo desenvolvimento cultural dos municípios. O equipamento é apenas um meio para atingir determinado fim. Há a necessidade de formar públicos e motivar criadores de públicos.

“A cultura custa dinheiro, mas paga-o bem; só que uma grande parte desse retorno vem em espécie, vem em benefícios de saúde humana e cidadania, para os seus clientes: este é um dos pilares da avaliação da cultura” revela o mesmo estudo (CCRN, 1999).

O sector da cultura tem-se revelado um importante aliado ao desenvolvimento económico de Portugal. De acordo com os dados da Eurostat (2003), a cultura representava 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo o 3º sector que mais contribuiu para o crescimento do PIB. À frente encontram-se apenas os bens alimentares e bebidas, seguidos pelos têxteis.

Entre os sectores cujas competências são atribuídas às autarquias encontra-se o sector da Cultura. Com base no estudo *“Despesas dos Municípios com Cultura”*, com resultados que abrangem o período de 1986 a 2003, o volume de despesa passou de 55 milhões de euros em 1986 para 395 milhões de euros em 2003, o que significa uma variação de 613%.

Com base no estudo realizado pelo OAC, no espaço de tempo entre 1986 a 2003 houve um acréscimo da despesa dos municípios de 55 para 396 milhões de euros, representando um crescimento real de 613%. Porém, esta tendência de crescimento manteve-se até 2001 tendo-se invertido desde então.

Capítulo III

Estudo de caso e resultados

1. Considerações gerais

O presente estudo pretende explorar a importância atribuída à Cultura pelas autarquias da Região das Beiras. O inquérito foi remetido a autarquias desta região, considerando que o estudo de caso deste trabalho incide sobre a OFB sediada em Aveiro.

Tendo por base o sector da cultura, este inquérito tem por objectivo apurar que áreas dentro do mesmo sector são desenvolvidas pelas autarquias da Região das Beiras, que fatia do orçamento lhe é dedicado tendo particular interesse em apurar os valores destinados à área da música e que importância se atribui à existência de uma orquestra como a OFB na Região Centro do país.

No âmbito da pesquisa de informação para a realização deste trabalho, a principal dificuldade que surgiu foi a escassez de trabalhos realizados nesta área, falta de informação exacta e aprofundada sobre o sector da cultura em Portugal, nomeadamente o sector da música, independentemente do género. Não será a música uma área de interesse suficientemente aliciante para servir de objecto de estudo e investigação?

2. Metodologia

Devido a esta escassez de informação, a metodologia para a obtenção de dados baseou-se na realização de um inquérito (Anexo 2) com vista a adquirir informação que complementasse a parca informação disponível de forma a responder às nossas questões.

Para a realização deste inquérito foi realizada uma pesquisa prévia com o intuito de encontrar estudos realizados anteriormente, de forma a estabelecer uma comparação e aferir o que mudou na área da cultura.

Foi efectuado um contacto directo aos municípios a fim de obter informação actualizada e fidedigna. Numa primeira análise, os principais destinatários deste inquérito foram os Presidentes das Autarquias, não obstante, era considerado à partida que as respostas poderiam ser delegadas a alguém do sector da cultura.

O inquérito é constituído por 6 perguntas, 5 de escolha múltipla e 1 de resposta livre. As questões focalizam as actividades culturais desenvolvidas pela autarquia, a percentagem do orçamento que lhes é destinado, na área da música, que géneros musicais são promovidos pela autarquia, que motivos determinam a escolha dos programas culturais e na pergunta de resposta livre, se consideram importante a existência de uma orquestra profissional na Região das Beiras e que benefícios poderá uma orquestra profissional trazer à região.

Os inquéritos foram realizados em formato *Word*, preparados para serem respondidos digitalmente e enviados via e-mail, depois de recolhida a informação relativa a endereços de correio electrónico.

Foi seleccionada esta metodologia tendo em consideração os afazeres das edilidades, sendo assim mais prático o preenchimento do inquérito e o seu reenvio.

3. Demonstração de resultados do inquérito

Após o envio dos inquéritos por correio electrónico constatou-se que as autarquias que habitualmente promovem o trabalho da OFB, e que além de serem entidades promotoras, são também autarquias sedeadas próximas de Aveiro, não responderam ao inquérito. Inclui-se neste grupo o município de Aveiro.

Num total de 106 inquéritos enviados às autarquias da Região das Beiras, via correio electrónico entre Janeiro e Março de 2009 foram obtidas apenas 14 respostas. Apesar da limitação da amostra conseguida, foi possível a obtenção de alguns dados sobre o quão importante é a cultura para as autarquias desta região, quanto se investe na área da cultura, em que áreas específicas se aplicam esse investimento e os motivos que determinam essa escolha.

Das 14 autarquias que responderam ao inquérito, apenas 7 referiram que percentagem do orçamento que despendem em cultura. Em suma, a análise dos inquéritos foi realizada com uma amostra efectiva de 13%.

3.1. Perfil de quem respondeu ao inquérito

A primeira questão inquiria sobre a categoria profissional do indivíduo que respondeu ao inquérito. Obtivemos 14 respostas, tendo-se verificado que em nenhuma das Câmaras houve resposta por parte do seu Presidente. Na maioria dos casos foi o Vereador da Cultura a responder ao inquérito, tal como aconteceu com as Câmaras de Cantanhede, Sátão, Pedrógão Grande, Moimenta da Beira, Oliveira de Azeméis e Tondela.

Nas edilidades de Castelo Branco, Leiria, Ovar, e Manteigas, a resposta foi dada pelo Chefe de Divisão da Cultura. Além destes, responderam também, Técnicos Superiores da Secção da Cultura, como aconteceu nas Câmaras de Montemor-o-Velho, São João da Pesqueira, Oleiros e Pampilhosa da Serra.

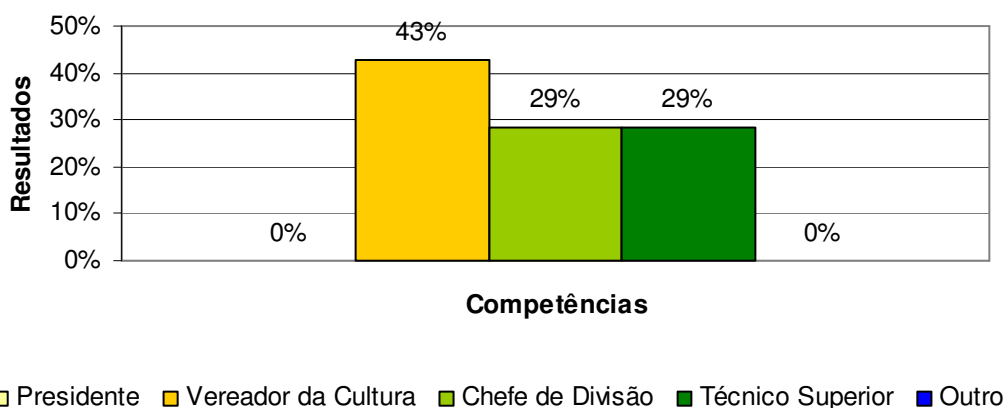


Figura 11 – Qual a sua competência principal na autarquia?

Em análise do gráfico, podemos verificar que, apesar de em muitas autarquias o Presidente ser também o responsável pelo Pelouro da Cultura, tal não se verificou em nenhum destes casos. Em igual número responderam os Chefes de Divisão e os Técnicos Superiores.

3.2. Actividades desenvolvidas pela autarquia

A segunda questão indagava que tipo de actividades culturais são desenvolvidas pelas autarquias, e aqui as respostas foram, de um modo geral, muito heterogéneas.

Sector Cultural	Cinema	Dança	Música	Património	Teatro	Outros
Autarquias	7	9	14	13	13	10

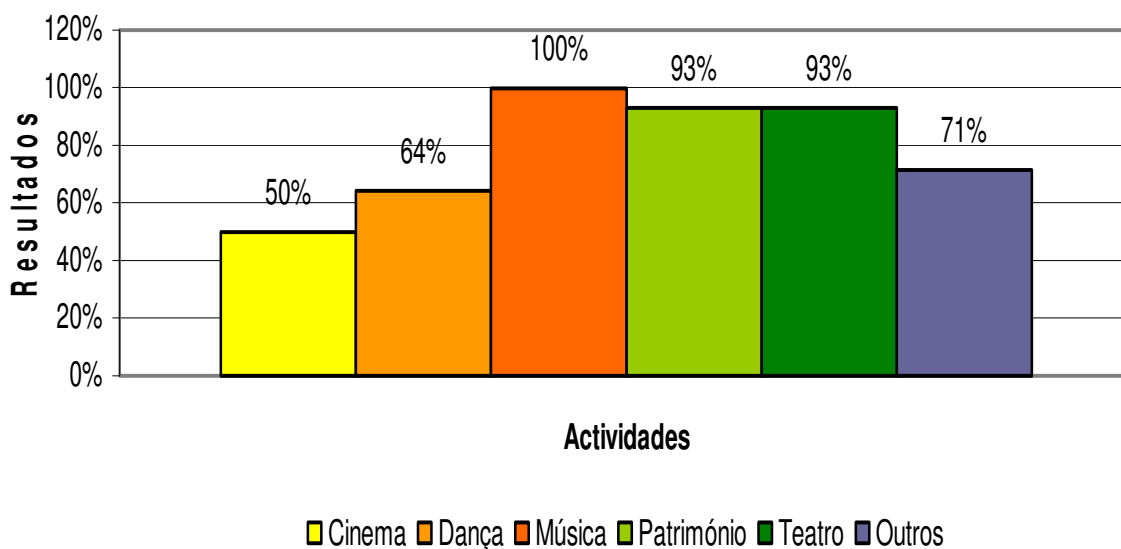


Figura 12 – Na área da cultura, que actividades são desenvolvidas pela autarquia?

A actividade com maior destaque e que é desenvolvida por todas as autarquias que responderam a este inquérito é precisamente a área da música, com uma taxa de respostas de 100%. Seguido do teatro e do património com empate a 93%. A questão do património pode ser vista de duas formas: por um lado, a manutenção de infra-estruturas existentes e o incentivo à comunidade para os visitar, por outro, o investimento em novos equipamentos culturais, de forma a disponibilizar uma maior leque de oferta cultural acessível a todos e acompanhando a evolução dos tempos.

3.3. Percentagem de orçamento investido em cultura

Nesta questão sobre que percentagem do orçamento da autarquia é dispendido em Cultura, por áreas, cerca de metade das edilidades não respondeu. Apenas Manteigas, São João da Pesqueira, Oleiros e Montemor-o-Velho apresentaram resultados por área de actividade.

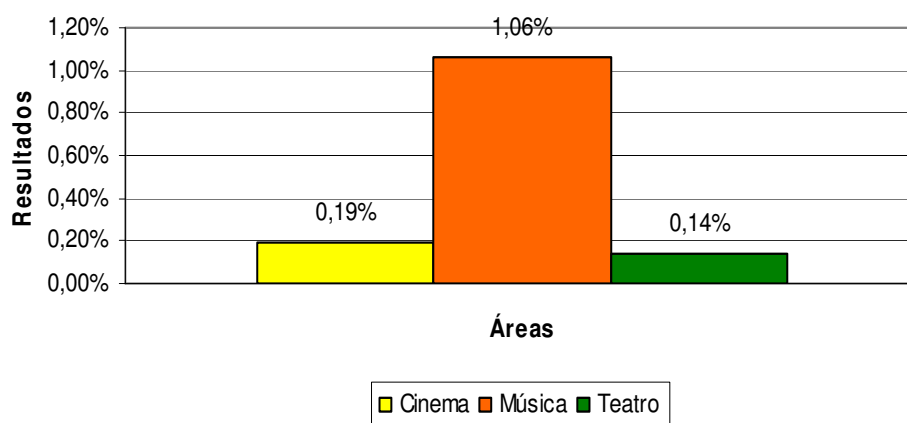


Figura 13 – Investimento por área – Câmara Municipal de Manteigas

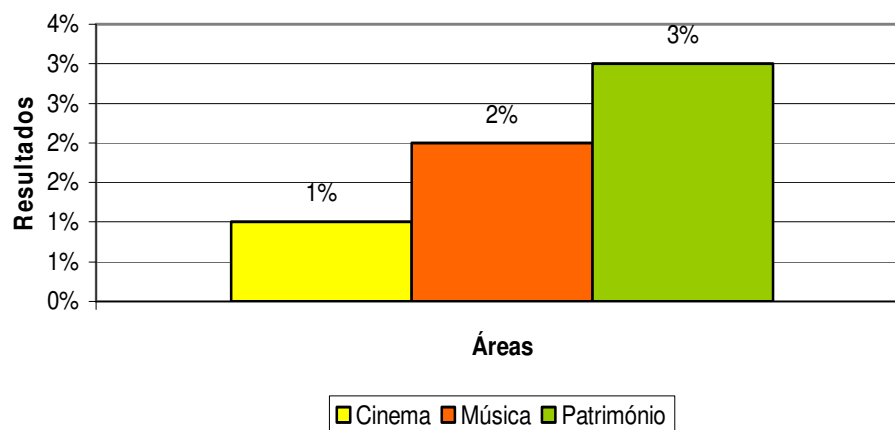


Figura 14 – Investimento por área – Câmara Municipal de São João da Pesqueira

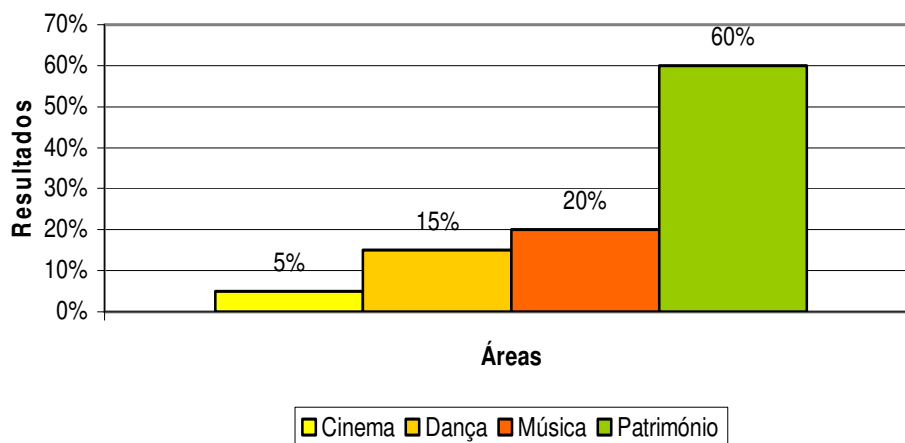


Figura 15 – Investimento por área – Câmara Municipal de Oleiros

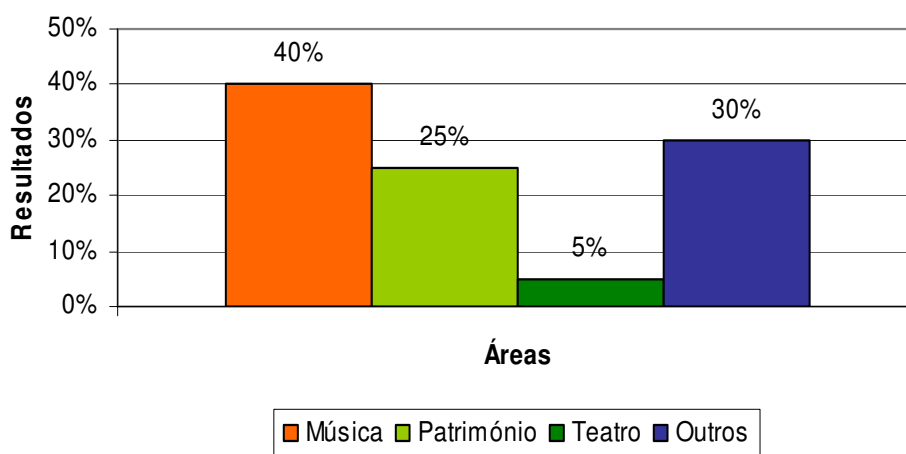


Figura 16 – Investimento por área – Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

Com base nos resultados dos inquéritos, é curioso verificar que existe uma grande discrepância nos valores apresentados pelo município de Montemor-o-Velho e os restantes. Montemor-o-Velho situa-se no distrito de Coimbra, das 4 autarquias representadas nos gráficos acima, é a que se situa mais próximo do litoral.

Compreende-se que o investimento na área da música seja tão elevada dada a proximidade a Coimbra onde existe a Orquestra Clássica do Centro e organismos importantes de ensino nesta área. De um modo geral, a música é a actividade com maior investimento, salvo a edilidade de Oleiros, que investe mais em património.

Além destas quatro autarquias, outra três indicaram o valor investido em cultura para o ano corrente: Ovar apresenta um orçamento para a cultura na ordem dos 4.772.480€, o que perfaz 9,18% do seu orçamento total. Oliveira de Azeméis apenas indicou que este ano tem um orçamento de 1.583.828.48€. Tondela respondeu que em 2009 o seu investimento em Cultura tem destinado 11% do orçamento da autarquia. No entanto estas autarquias não especificaram em que áreas dentro do sector da cultura o distribuem.

3.4. Que tipo de música é promovida pelas autarquias?

Tendo obtido resposta sobre os sectores em que as autarquias investem, foi inquirido também, a fim de apurar o lugar da música erudita na Região Centro, em que tipos de música investem. Desta forma foram obtidos os seguintes resultados:

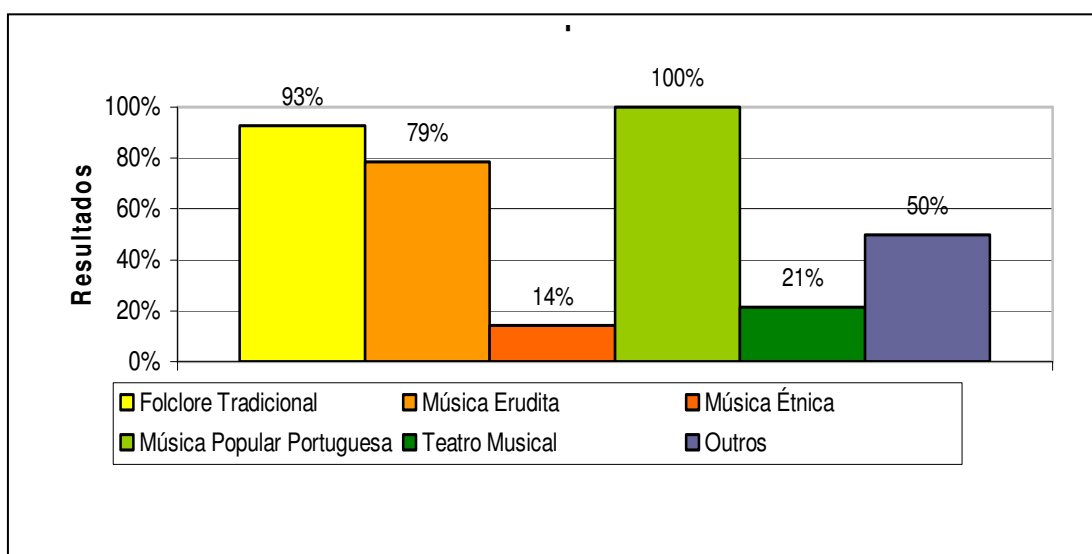


Figura 17 – Na área da música, que tipo de música é promovido pela autarquia?

Em catorze respostas, 79% afirmam apostar em música erudita, o que corresponde a onze das catorze autarquias que participaram neste estudo. A música popular portuguesa ganha lugar de destaque, seguida com pouca diferença pelo folclore tradicional.

Estes resultados estão directamente relacionados com o tópico apresentado no ponto seguinte, em que veremos quais os factores que determinam a escolha de programas culturais.

3.5. Factores que determinam a escolha dos Programas Culturais

As variáveis que foram apresentadas nos inquéritos para apuramento desta questão foram as seguintes:

- Afluência do público;
- Época do ano (festividades);
- Gosto do público;
- Popularidade do Programa;
- Preço do programa;
- Público – alvo;
- Tipo de música;
- Utilização de infra-estrutura existente
- Outros

Foi solicitado que respondessem tendo em consideração a importância destas variáveis, ou seja, que numerassem de 1 a 9 em que 1 é mais importante e 9 menos importante. Uma vez que nem todos os inquiridos perceberam o modo de preenchimento, só houve uma alternativa para analisar esta questão: analisar cada tópico individualmente, por autarquia¹⁸.

Entre as variáveis apresentadas constatou-se que o factor que as autarquias têm primeiro em consideração é a Época do Ano (festividades). As actividades culturais sazonais como as festas populares são o factor mais determinante na escolha deste ou daquele programa cultural. Logo a seguir estão os factores Público-alvo, Preço do Programa, Gosto do Público e Afluência do Público. Estes são os factores prioritários para a maioria das autarquias que responderam a este inquérito.

¹⁸ A representação gráfica dos resultados de análise desta questão encontra-se em anexo.

Não menos importantes, os seguintes factores não são tão decisivos para a tomada de decisão quanto os mencionados anteriormente: A Popularidade do Programa, o Tipo de Música e a Utilização de Infra-Estrutura Existente (no sentido de rentabilizar equipamentos culturais) são factores menos decisivos na elaboração da programação.

Surpreendentemente, a Época do Ano e o Gosto do Público são prioridades em relação ao Preço dos Programas, tendo em consideração as verbas reduzidas que são atribuídas às autarquias para o sector da Cultura.

3.6. Que benefícios pode uma orquestra profissional trazer à sua região?

Nesta questão foi feita uma pergunta de resposta livre: Considera importante a existência de uma orquestra profissional na Região das Beiras? Que benefícios pode uma orquestra profissional trazer à sua região?

Segundo as autarquias que responderam ao inquérito, a OFB apresenta os seguintes benefícios à Região das Beiras:

- Proporciona uma oportunidade de carreira a jovens músicos, não só os da região;
- Promove a formação de novos públicos que de outra forma não teriam acesso a este género musical;
- Fomenta o desenvolvimento de uma política de valorização da diversidade cultural;
- Descentraliza a oferta de música erudita, o que seria impossível com as grandes orquestras das áreas metropolitanas;
- Promove a formação/educação musical;
- Aproxima músicos da região através de parcerias e colaborações e trabalhos em rede;
- Contribui para a formação de novos quadros técnicos;
- Projecta a região culturalmente;
- Promove os valores culturais locais;

- Apresenta uma selecção regional de talentos;
- Contribui para a preservação e rentabilização do património;
- Promove a coesão musical;
- Levar a música erudita às comunidades do interior do país;
- Representa uma responsabilidade didáctica, pedagógica, lúdica e ocupacional.

Em análise a esta última questão, é de referir que todos os inquiridos concordaram que uma orquestra regional traz benefícios para a região, nas mais diversas áreas.

4. Considerações sobre o inquérito

Numa análise preliminar, podemos constatar que na Região das Beiras existe de facto um investimento significativo no sector da Cultura, em particular na área da música. Um dos motivos que está na base deste investimento por parte das autarquias prende-se com o facto de, na maior parte das edilidades que responderam ao inquérito, o sector da Cultura ser da responsabilidade de pessoas vocacionadas para essa área.

Apesar de terem sido poucas as autarquias que responderam ao inquérito, é possível perceber que há grande sensibilização por parte das edilidades para investir em Cultura, em actividades multidisciplinares, desde as regiões do litoral às do interior.

O resultado em relação ao papel e ao lugar da música erudita na Região das Beiras não deixa margem para dúvidas, é um resultado muito satisfatório, em que podemos classificar este estilo musical na terceira posição quando comparada com outros estilos musicais mais comuns em Portugal. Daqui podemos apurar que a música erudita tem vindo progressivamente a ganhar lugar nos hábitos culturais dos portugueses, em particular em algumas cidades da Região Centro.

Existe uma preocupação em rentabilizar equipamento cultural já existente, recuperar alguns desses equipamentos de forma a fomentar o hábito da prática da cultura no povo português. No entanto, é notório que o desenvolvimento cultural em muitas das

idades e autarquias da Região Centro ainda está longe de se equiparar ao nível de desenvolvimento cultural dos grandes pólos urbanos do litoral do país.

5. Análise SWOT

A análise SWOT¹⁹ consiste num modelo de referência utilizado frequentemente na área da Gestão e das Ciências Sociais com vista a “relacionar os pontos fortes e fracos de uma empresa com as oportunidades e ameaças do meio envolvente com vista a definir no tempo medidas alternativas para lidar com as oportunidades e ameaças identificadas”. Freire, (2003).

Tendo como objecto de estudo a cultura nas autarquias, a aplicação da análise SWOT e a amostragem obtida no resultado dos inquéritos conduzem a uma melhor compreensão sobre o estado actual da cultura na Região Centro.

Os dados resultantes da análise efectuada reflectem os factores que estão na origem das condições que interna e externamente proporcionam às edilidades, ganhos ou perdas.

Pontos fracos:

- Inexistência de critérios definidos para a escolha de programas e actividades culturais;
- Escassa informação sobre políticas culturais das edilidades;
- Pouca informação sobre a oferta real a nível de cultura, divulgação deficiente e ineficaz;
- Subdesenvolvimento da produção de actividades culturais;
- Programação das actividades culturais com critérios pouco definidos e claros;
- Falta de apoio por parte do Estado e conseqüentemente das autarquias a instituições culturais e movimentos associativos;

¹⁹Do inglês : *Strengths, weaknesses, opportunities e threats*

- Falta de profissionais devidamente qualificados nas autarquias, capazes de dar resposta viável a projectos culturais;
- Falta de comunicação entre autarquias e comunidade.

Pontos fortes:

- Existência (ainda que reduzida) de públicos culturais;
- Manutenção do património cultural;
- Recursos artísticos de qualidade;
- Existência de redes culturais de qualidade;
- Oferta formativa de qualidade.

Oportunidades:

- Existência de associações preocupadas em promover o desenvolvimento cultural;
- Novos recursos e novas tecnologias;
- Melhoria de imagem das edilidades;
- Modernização dos municípios;
- Formação cada vez mais expansiva para a promoção e desenvolvimento da cultura.

Ameaças:

- Formação cultural insuficiente por parte dos eleitos;
- Desaparecimento do associativismo e cooperativismo;
- Deterioração do património;
- Estratégias e políticas pouco definidas no sector da cultura;
- Falta de incentivos financeiros;
- Crescimento demográfico negativo ou baixo;
- Nepotismo político.

Conclusão

Durante o processo de investigação para a elaboração deste trabalho deparei-me com alguns aspectos relevantes que traduzem o estado da cultura em Portugal. Genericamente constata-se a incapacidade que o país tem vindo a demonstrar no que concerne à criação de incentivos à cultura e às artes, levando à inexistência de apoios nacionais a uma parcela considerável da população de produzir obras e ferramentas conducentes a uma grande evolução nestas áreas.

Este marasmo nacional está patente noutras áreas não menos importantes que a cultura. Investir na cultura pressupõe apostar na educação dos cidadãos, visto que educação e cultura são indissociáveis, ou seja a evolução social e o bem-estar de um povo não são possíveis sem o evoluir da cultura. Efectivamente as exigências e os valores culturais engrandecem com o aumento da educação.

As avultadas dificuldades com que a maioria dos organismos ligados à área cultural da Região das Beiras enfrenta é transversal a maioria dos municípios. O número de respostas auferidas, num total de 14, dos 106 inquéritos enviados aos municípios da Região das Beiras pode revelar um acentuado desinteresse sobre a questão da cultura. Por este motivo, este estudo contempla algumas referências a resultados e estudos sobre cultura a nível nacional.

A cultura como bem de consumo, não está ao alcance de toda a população. O investimento disponibilizado pelas autarquias está dependente de subsídios estatais, da vontade política e da mentalidade dos autarcas. Usualmente, as zonas do interior do país apresentam um desenvolvimento inferior ao litoral. No entanto, culturalmente denotam-se algumas discrepâncias entre os municípios do interior e do litoral. Atente-se ao exemplo de Sernancelhe, que anualmente tem na sua agenda cultural o Concurso e Festival Internacional de Guitarra Clássica. Esta característica pode advir da entidade que detém o pelouro da cultura.

São escassos os municípios que entendem a cultura como uma prioridade. Sendo um direito dos cidadãos, os municípios assumem o compromisso de disponibilizar

aos seus munícipes uma ampla e diversificada oferta cultural, tendo em mente a vertente formativa/pedagógica para os seus cidadãos. Na realidade, a cultura é liberdade de expressão, é multidisciplinaridade, criatividade, formação da identidade de cada indivíduo.

Outro aspecto não menos importante é o investimento na formação do público. A prática e o consumo de cultura, e neste caso de música erudita, não devem ser um hábito de elites. Actualmente existe uma oferta cultural vasta neste campo acessível a praticamente todos os tipos de públicos, mas que é necessário educar, formar e incentivar ao consumo deste tipo de produtos culturais.

A música erudita pode ser consumida como qualquer outro tipo de música, e a mesma poderá cativar e estimular intelectualmente para o gosto por outras áreas dentro da música erudita, tal como a ópera. Presentemente, em Portugal, estes hábitos fazem parte da realidade de um grupo muito restrito da sociedade, mas têm sido efectuados esforços de modo a estender estes projectos a outros públicos.

A experiência da cultura reflecte-se nas nossas vivências, sem ela estamos condenados à apatia, à perda de memória, à ignorância e ao fracasso da nossa condição enquanto seres humanos. Deste modo, é imperativo a criação de estratégias, modelos para a sua implementação e uma gestão eficaz por parte das entidades responsáveis por levar a Cultura à população.

Pretende-se que este trabalho seja um alerta para a necessidade de se delinearem estratégias de promoção cultural, de se criarem políticas de investimento cultural nas autarquias, fazer desse investimento um processo continuado, com vista a estimular alterações do ponto de vista social e cultural.

Em suma, não obstante as limitações inerentes à concretização deste trabalho, (quer pela falta de informação sobre este assunto, o que por si já denota uma falta de interesse nacional nesta área, quer pela fraca colaboração das autarquias contactadas), foi possível apontar os principais traços da nossa actividade cultural, que apesar das inúmeras lacunas deixa transparecer que entre o pouco investimento que fazemos em Cultura, na sua maioria destina-se a música.

Para fazer cultura é preciso saber, ter e entender cultura.

Referências Bibliográficas

Abreu, Paula (2004) “Músicas em movimento”, in *Revista crítica de ciências sociais*, nº 70, pp. 159-181.

----- (2000) “Práticas e consumos de música (s): ilustrações sobre alguns novos contextos da prática cultural”, in *Revista crítica de ciências sociais*, nº 56, pp. 123-147.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan, Lima, Maria João (1998) “Práticas musicais locais: alguns indicadores preliminares”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*; nº 4, pp. 10-13.

Conde, Idalina (s/d) “Práticas culturais: digressão pelo confronto Portugal – Europa”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 4, pp. 4-7.

Constant, Daniel (1966) “A água: facto de beleza e turismo na Região de Aveiro”, in *Junta Distrital de Aveiro*, nº 1, pp. 16-20.

Costa, António Firmino da (1997) “Políticas culturais: conceitos e perspectivas”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 2, pp. 10-14.

Eliot, Thomas Stearns (1965) “Notas para a definição de cultura”. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Freire, Adriano (2003) “Estratégia: sucesso em Portugal”. Lisboa : Verbo.

Gato, Maria Assunção (s/d) “Identidade e cultura em tempos de mudança: actual suporte à cultura. Em http://www.igeo.pt/altas/Cap4/Cap4c_3.html. (Acedido em Set. 2009).

Girard, Christophe. “*Le Fígaro, 2003*”, in Santos, Maria Lucinda Tavares (2007) “*O valor da cultura nas autarquias*”. Aveiro: M. Santos.

Gomes, Rui Telmo (2001) “Práticas culturais dos portugueses”, in *Publicação do OAC, Folha OBS*, nº 2.

O INE divulga dados da cultura de 2007, in *Estatísticas da cultura, desporto e recreio – 2007*, (Jan. 2009). Em <http://www.ine.pt>. (Acedido em Nov. 2009).

Krims, A. (2008) “Music and urban geography”, in Vale, R., *Música e território em contexto urbano: o caso do Porto*, pp. 16.

Lopez de Aguilera, Iñaki (2007) “Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal”, in Santos, Maria Lucinda Tavares, *O valor da cultura nas autarquias*. Aveiro: M. Santos.

Lourenço, Vanda, Gomes, Rui Telmo, Martinho, Teresa Duarte (s/d) “Entidades culturais e artísticas em Portugal”, in *DOCS: documentos de trabalho*, nº 8.

Martinho, Teresa Duarte, Neves, José Soares (1999) “Festivais de música em Portugal”, in *Publicação do OAC, Folha OBS*, nº 1.

Melo, Alexandre (1997) “Política cultural: acção ou omissão”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 2, pp. 8-10.

Neves, José Soares (1998) “Despesa pública em música entre 1985 e 1995”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 4, pp. 14-18.

----- (2001) “Práticas culturais dos portugueses. 2, Espectáculos ao vivo”, in *Publicação do OAC, Folha OBS*, nº 3, pp. 1-8.

Pais, José Machado (1998) “As “cronotopias” das práticas culturais do quotidiano”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 4, pp. 7-9.

Portugal. Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território (1999) “O sector da cultura nas câmaras municipais da Região do Norte”. Porto: CCRN.

Programa operacional de cultura. Em <http://poc.min-cultura.pt>. (Acedido em Nov. 2009).

Ribeiro, António Pinto (1998) “A cultura em Portugal no final do século: entre a abundância e a miséria”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 3, pp. 4-6.

Rushdie, Salman (1999) “O chão que ela pisa”. Lisboa: Círculo de Leitores.

Russo, Susana Bilou (2007) “As bandas filarmónicas enquanto património: um estudo de caso no Concelho de Évora”. [S. l.]: ISCTE.

Santos, Helena (1999) “Consumos culturais em cinco cidades: Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto”. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais.

Santos, Maria de Lurdes Lima (1999) “Indústrias culturais: especificidades e precariedades”, in *Observatório das Actividades Culturais, OBS*, nº 5, pp. 2-6.

----- (2007) “Políticas culturais em Portugal”, in *Mesa Redonda sobre “Políticas Culturais no Espaço Iberoamericano”, Almada, 2007*. Em <http://www.oac.pt>. (Acedido em Set. 2009).

Santos, Maria Lucinda de Resende Bastos Tavares dos (2007) “O valor da cultura nas autarquias em Portugal”. Aveiro : M. Santos.

Saraiva, António José (2003) “O que é a cultura seguido de entrevista conduzida por Leonor Curado Neves”. Lisboa : Gradiva.

The economy of culture in Europe: Background and Context. Em http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc883_en.pdf. (Acedido em Jun 2009).

Titon, Jeff Todd [et al.] (2008) "Worlds of music: an introduction to the music of the world's peoples". 5th ed. Belmont (CA): Schirmer Books.

Tylor, Edward Burnett (2007) "Primitive culture", in Santos, Maria Lucinda Tavares, O valor da cultura nas autarquias. Aveiro: M. Santos.

Vale, Ricardo António Fernandes do (2008) "Música e território em contexto urbano: o caso do Porto". Porto: FLUP.

Anexos

Anexo I

Pedido de autorização para a utilização da Orquestra Filarmonia das Beiras como estudo de caso nesta dissertação.

Anexo II

Modelo do Inquérito

Inquérito no âmbito de Mestrado em Línguas e Relações Empresariais

O objectivo deste inquérito é a recolha de informação sobre o investimento das autarquias em cultura, nomeadamente no que concerne à área da música clássica.

O tratamento e análise dos dados recolhidos serão exclusivamente utilizados no âmbito do projecto de mestrado que tem como tema de estudo a Orquestra Filarmonia das Beiras e a sua importância na sua região. Este estudo pretende analisar como é recebida a música clássica em Portugal, através do estudo de caso desta orquestra profissional.

É garantida a confidencialidade e anonimato das respostas a este inquérito.

Agradeço máxima sinceridade no seu preenchimento.

1. Qual a sua competência principal na autarquia?

Presidente	<input type="checkbox"/>
Vereador da Cultura	<input type="checkbox"/>
Chefe de Divisão	<input type="checkbox"/>
Técnico Superior	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>

2. Na área da cultura, quais as actividades desenvolvidas pela autarquia?

Cinema	<input type="checkbox"/>
Dança	<input type="checkbox"/>
Música	<input type="checkbox"/>
Património	<input type="checkbox"/>
Teatro	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

3. Que percentagem (%) do orçamento da autarquia é dispendido nas seguintes áreas?

Cinema	<input type="text"/>
Dança	<input type="text"/>
Música	<input type="text"/>
Património	<input type="text"/>
Teatro	<input type="text"/>
Outros	<input type="text"/>

4. Na área da música, que tipo de música é promovida pela autarquia?

Folclore tradicional	<input type="checkbox"/>
Música Clássica	<input type="checkbox"/>
Música Étnica	<input type="checkbox"/>
Música Popular Portuguesa	<input type="checkbox"/>
Teatro Musical	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

5. Que motivos determinam a escolha dos programas culturais? (Numerar de 1 a 9, sendo que 1 significa mais importante e 9 menos importante)

Afluência do público	<input type="checkbox"/>
Época do Ano (festividades)	<input type="checkbox"/>
Gosto do público	<input type="checkbox"/>
Popularidade do programa	<input type="checkbox"/>
Preço do programa	<input type="checkbox"/>
Público-alvo	<input type="checkbox"/>
Tipo de música	<input type="checkbox"/>
Utilização de infra-estrutura existente	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

6. Considera importante a existência de uma orquestra profissional na Região das Beiras?
Que benefícios pode uma orquestra profissional trazer à sua região?

Câmara Municipal de _____

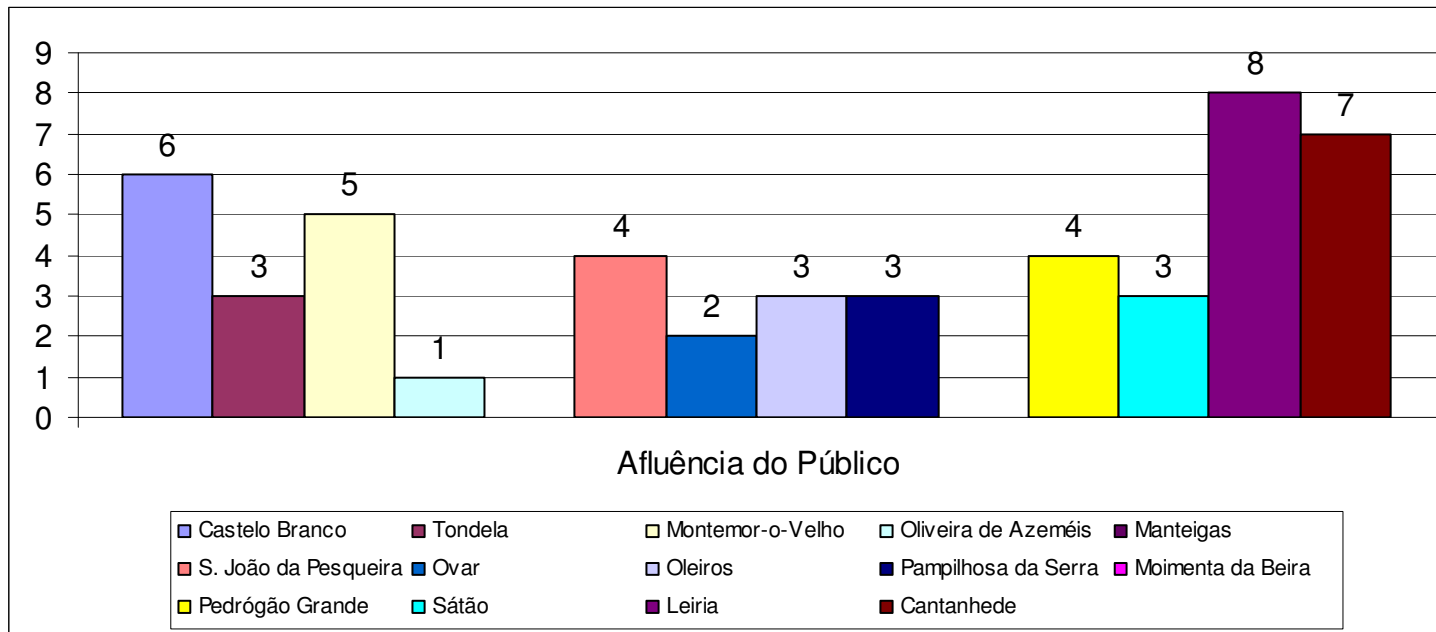
Grata pela atenção dispensada.

Anexo III

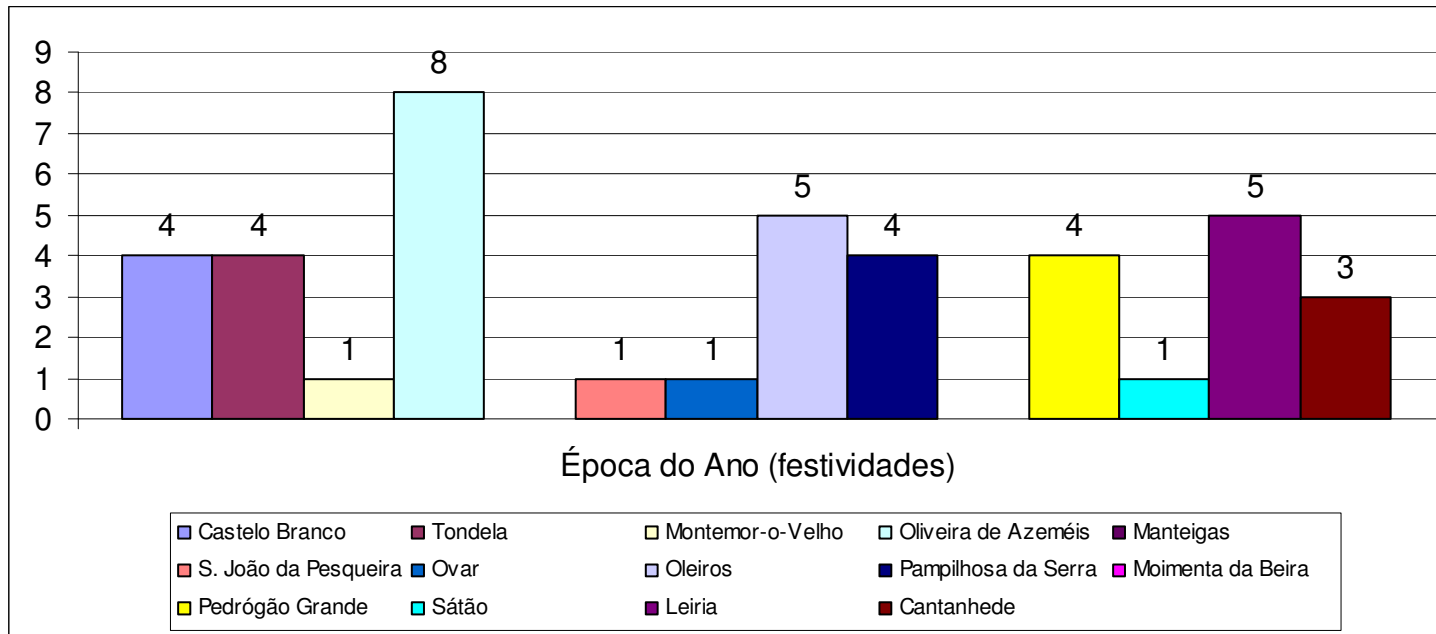
Representação gráfica dos resultados da questão nº 5 do inquérito:

Factores que determinam a escolha dos programas culturais

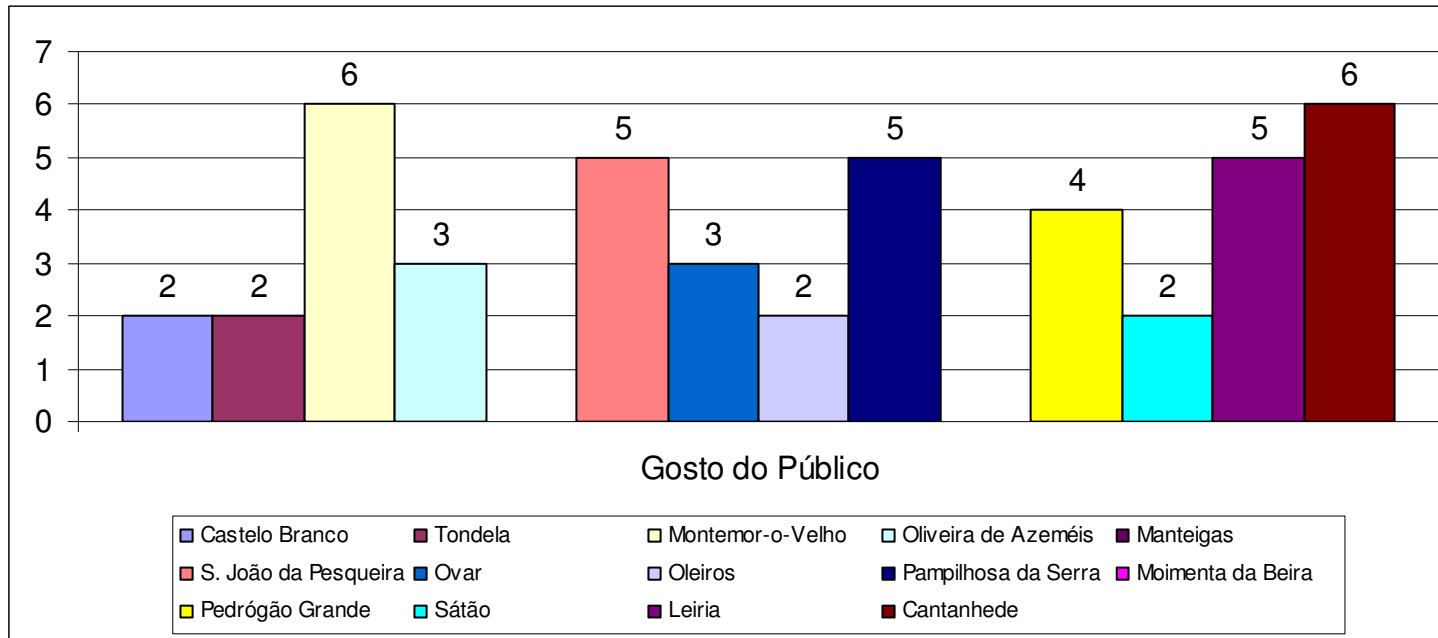
1. Afluência do público



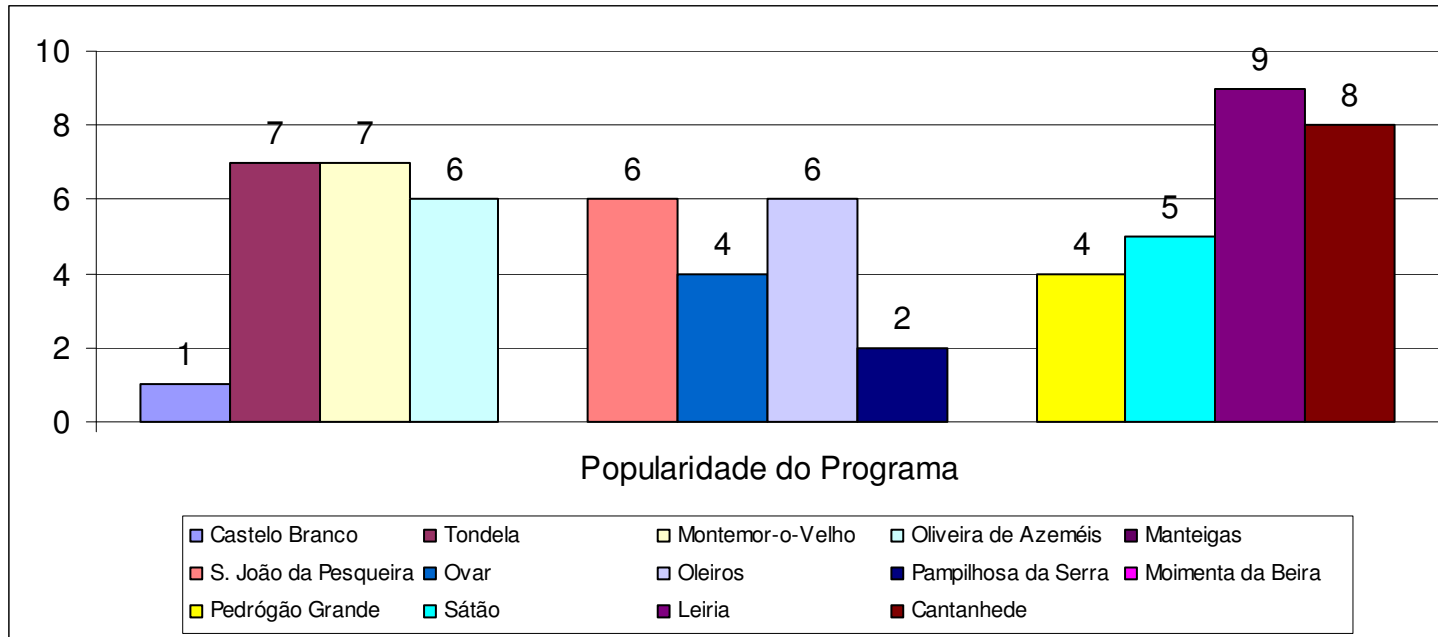
2. Época do ano (festividades)



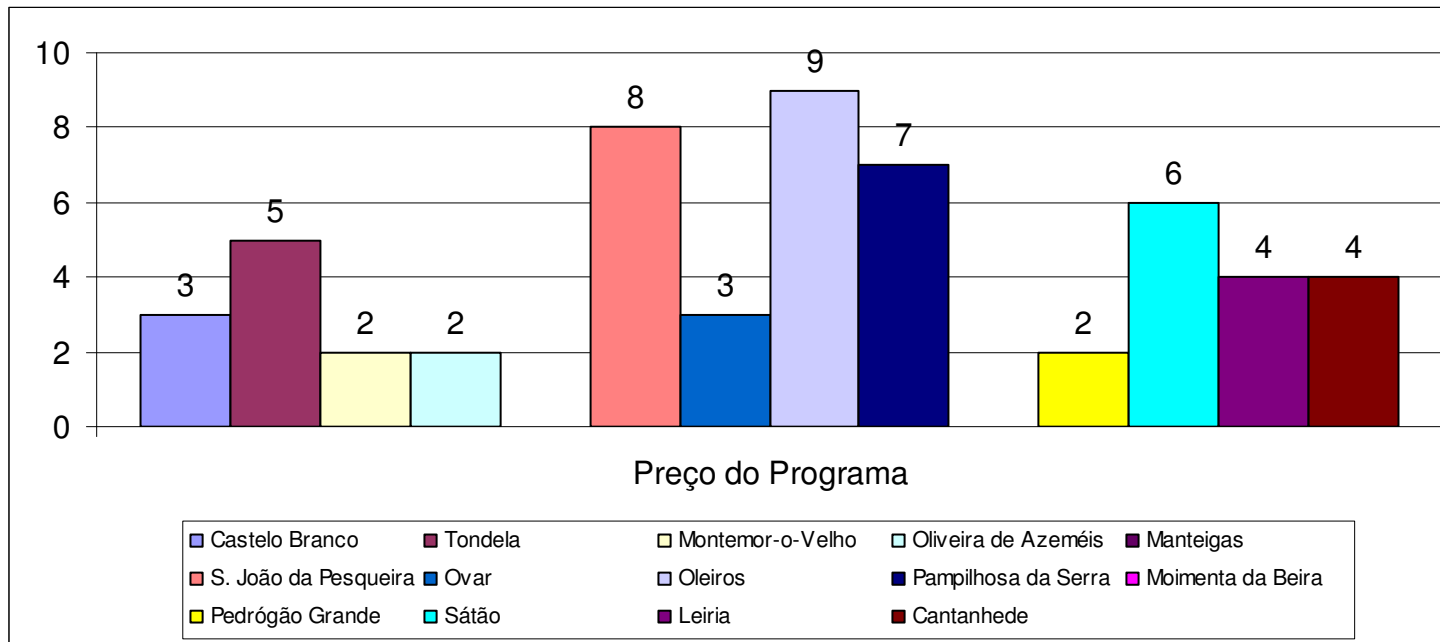
3. Gosto do público



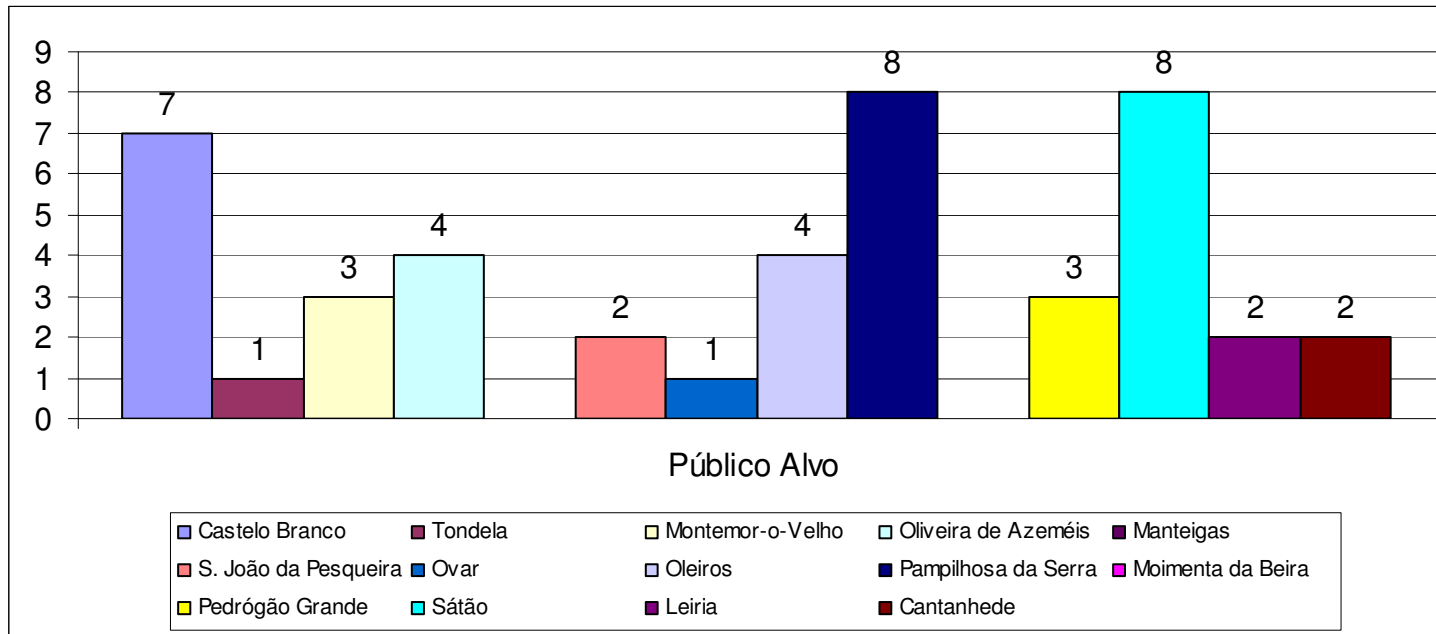
4. Popularidade do programa



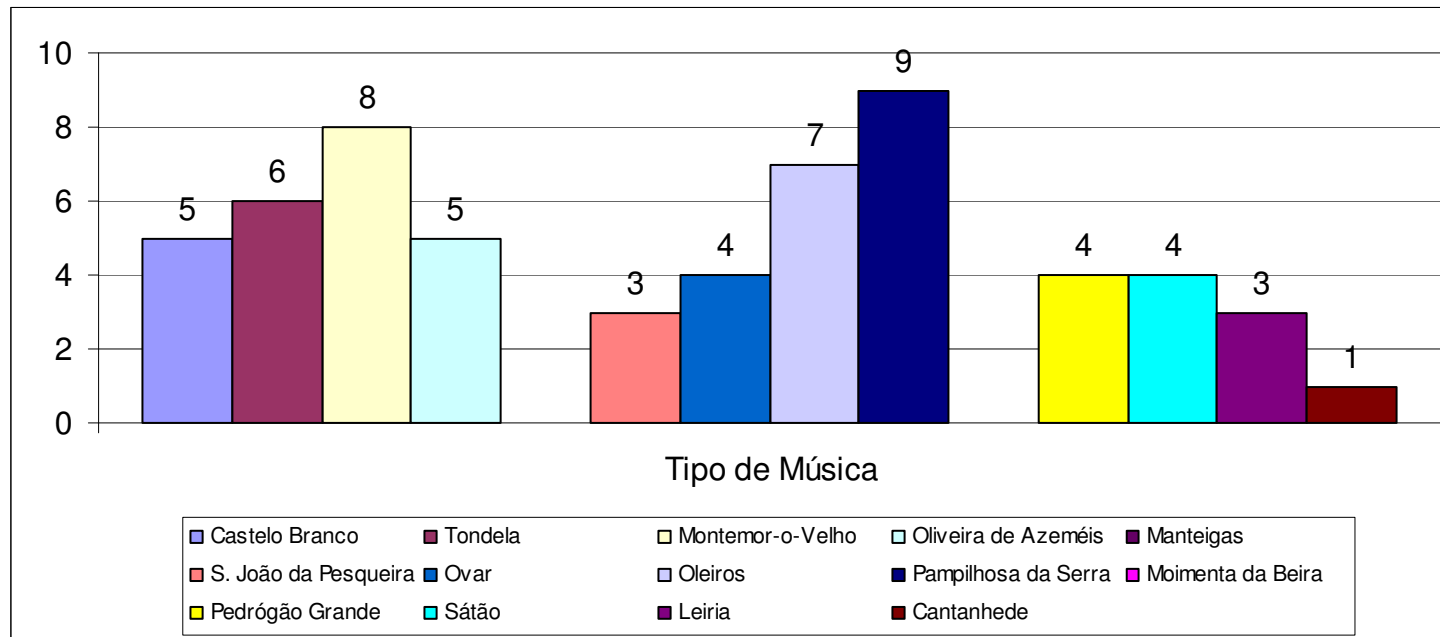
5. Preço do programa



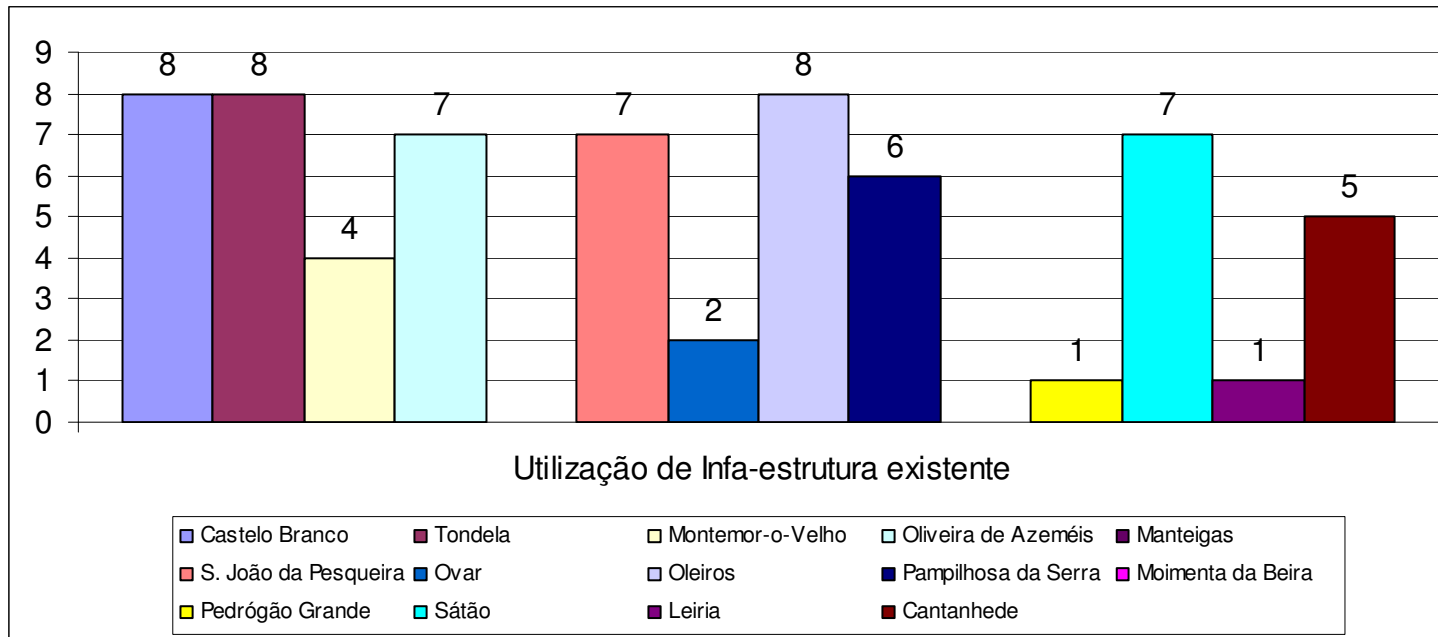
6. Público-alvo



7. Tipo de música



8. Utilização de infra-estrutura existente



9. Outros

